Maria de Lourdes Lima dos Santos [1]

Jovens portugueses numa sociedade em mudança

de um inquérito a alunos liceais

INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentamos uma análise de parte da informação recolhida através de um inquérito a jovens de ambos os sexos, entre os 16 e os 19 anos, no termo do seu curso liceal. O texto do questionário utilizado, que publicamos em anexo, permitirá, a quem se interessar, conhecer todos os tópicos a que aquela informação se refere; neste trabalho, apenas cerca de metade desses tópicos foram considerados.

Na selecção dos temas que efectuámos tivemos duas preocupações principais. A primeira foi a de os diversos pontos analisados se integrarem, quanto possível, num mesmo *campo temático*, de tal modo que todos possam ser encarados como estando relacionados uns com os outros e com uma dada problemática. A segunda foi a de, tendo o inquérito sido efectuado antes de 25 de Abril de 1974, reter as questões cujo modo de inserção, sob a forma de perguntas, no questionário menos sofreu com o facto de, na elaboração deste último, termos defrontado sérias limitações resultantes do condicionalismo político.

Para além dessas limitações — que podemos resumir na então insuperável obrigação de construir um inquérito «passável» pelo crivo das autorizações liceais —, foram aliás múltiplas as dificuldades que se nos depararam, resultantes quer de condicionalismos externos, quer da própria natureza do método e técnicas adoptados. Sem entrar em minúcias desnecessárias, parece-nos útil indicar, numa primeira parte, algumas dessas dificuldades, na medida em que ajudam a precisar e a delimitar o alcance das afirmações que aparecem no corpo principal do artigo.

---

[1] Participaram também na elaboração deste trabalho Ana Luísa Janeira, na fase da preparação do inquérito, e Maria Manuela Meneses, na fase de apuramento dos resultados e sua interpretação. Agradece-se a A. Sedas Nunes a profunda revisão a que procedeu do texto final aqui publicado; a Joaquim Aguiar, as úteis sugestões em diversos momentos do trabalho, e a todos os colegas do G. I. S. que ajudaram a passar o questionário nos liceus.

I

ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

1. PROBLEMAS DE ORDEM EXTERNA

1.1 A POPULAÇÃO ESCOLHIDA

Inicialmente pensáramos o inquérito para ser aplicado em Lisboa e na província, a jovens frequentando estabelecimentos de ensino de natureza diferente — liceus, escolas técnicas, colégios particulares. Tratava-se, porém, de uma ambição excessiva a que tivemos de renunciar, acabando por limitar-nos à população de dois liceus de Lisboa, um masculino e outro feminino, devido à modéstia dos recursos financeiros e ao escassíssimo número de pessoas disponíveis para participar no trabalho. Houvemos, assim, de conformar-nos com realizar um estudo de carácter essencialmente *exploratório.*

Escolhemos dois dos liceus de Lisboa que ofereciam — segundo se nos afigurou — uma *heterogeneidade* relativamente maior no que respeita às origens sociais dos alunos [2]. Interrogámos todos os estudantes do 7.º ano desses dois liceus, num total de 262: *143 no liceu masculino e 119 no liceu feminino* [3]. Este conjunto de alunos constituiu a totalidade restrita sobre a qual trabalhámos. Não recorremos, portanto, a uma amostra estatisticamente construída, pois foi sobre o próprio *universo* que focámos a nossa observação. Logo, quaisquer das conclusões a que chegámos são aplicáveis a essa mesma população e extrapolá-las a outros jovens, nela não incluídos, poderá implicar riscos mais ou menos graves de inadequação.

Quanto à forma como a população escolhida foi avisada e contactada, assinalamos uma certa diferença entre os processos adoptados no liceu feminino e no masculino.

As alunas foram previamente alertadas através de cartazes explicativos preparados no G. I. S. e da informação oral da reitora, com quem tivéramos uma entrevista. Convidadas a participar no estudo em questão, foi-lhes dito que poderiam aproveitar uma hora vaga, antes do almoço, num determinado dia da semana. Surpreendeu-nos a boa vontade que demonstraram, dispondo dessa hora livre para prestarem a sua colaboração (apenas cerca de 6 % se recusaram).

No liceu masculino, o reitor deu ordem aos professores para cederem as suas horas de aula em determinado dia da semana, a fim de que os alunos prestassem a colaboração que pedíramos (também aqui os alunos tinham sido previamente alertados por cartazes idênticos aos colocados no liceu feminino). Infelizmente, os alunos foram avisados de que seria marcada falta àqueles que saíssem, também segundo ordem do reitor...

De qualquer modo, tanto da parte dos rapazes como das raparigas, houve um acolhimento francamente favorável e muitos vieram falar con-

---

[2] A caracterização da população inquirida de acordo com a sua origem social é apresentada adiante, na parte II.

[3] Deste total foram apenas eliminados 8 boletins: 2 raparigas deixaram sem resposta praticamente todas as perguntas do questionário e 6 rapazes inutilizaram os seus boletins por deliberada adulteração das respostas.

nosco no final, interessados em saber mais alguma coisa sobre o estudo que pensávamos fazer, mas evidenciando grande desconhecimento sobre o que é um inquérito, confundido por alguns com uma espécie de teste individual de personalidade.

1.2. O MÉTODO APLICADO

Anteriormente tomáramos conhecimento de um trabalho sobre os «centros de interesse» e valores da juventude francesa [4] em que se utilizou um método que decidimos adoptar para o nosso estudo. Tratava-se da combinação de um «ensaio projectivo» e de um questionário. O ensaio consistia numa «autobiografia imaginária», em que os jovens exprimiram livremente as suas perspectivas e aspirações para o futuro. Concebido inicialmente por Allport e Gillespie, este teste projectivo tem a vantagem de oferecer uma inteira liberdade de escolha dos temas a abordar, enquanto o questionário condiciona o inquirido através das perguntas que formula e das próprias possibilidades de resposta que oferece (caso das perguntas fechadas ou com lista).

Autobiografia e questionário completam-se — «a primeira permite apreciar o interesse concedido a cada um dos temas abordados [...], o segundo permite esclarecer, pelos seus resultados, qual a opinião dos inquiridos sobre pontos determinados, relacionados com os problemas evocados nas autobiografias com uma frequência cujo maior ou menor grau informará sobre a importância a conceder-lhes» [5]. Os riscos de uma excessiva flexibilidade da autobiografia, por um lado, e de uma excessiva rigidez do questionário, por outro, compensar-se-iam através do confronto dos resultados de ambos.

Tínhamos previsto, na fase inicial do trabalho, a utilização de um método desta natureza [6]. E, de facto, os alunos foram contactados duas vezes. Na primeira sessão pediu-se-lhes que redigissem a *autobiografia imaginária do seu futuro nos próximos 50 anos;* na sessão seguinte apresentou-se-lhes o *questionário.*

Aconteceu, entretanto, que saiu do G. I. S. a investigadora encarregada de realizar a análise de conteúdo das autobiografias recolhidas, o que trouxe novos condicionamentos à elaboração do trabalho, impondo-nos desde logo *a inevitabilidade de nos limitarmos ao aproveitamento do questionário.*

1.3 OS TEMAS PRINCIPAIS

Os temas centrais que nos propusemos explorar têm a ver com questões como estas:

> O que pensam os jovens sobre as relações familiares? Sobre as relações de trabalho? Sobre as relações homem-mulher? Quais são os valores que os orientam? Quais os seus ideais de vida?...

---

[4] Esse trabalho, intitulado «Des jeunes regardent leur avenir», foi publicado pela revista *Sondages,* n.º 3, 1968, Paris; fazia parte de uma série de trabalhos encomendados pela Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique, subordinados ao tema geral «A evolução dos hábitos de vida».

[5] Obra citada na nota anterior.

[6] Em anexo apresenta-se o texto do questionário, tal como foi entregue aos alunos.

Resolvemos reunir neste artigo apenas as questões mais directamente relacionadas com o domínio da *vida familiar* e as *relações entre os sexos*. Como é que estes jovens consideram determinados problemas ligados à forma de casamento, à distribuição de autoridade entre marido e mulher e ao divórcio? Como é que definem a sua própria relação com os pais? Em que ponto se situam no seu processo de autonomização perante a família? Entre as respostas que pudemos recolher quanto a este domínio, procurámos confrontar algumas das que dizem respeito à *família de origem* dos inquiridos com outras que se referem à sua *futura família* de procriação, tentando, assim, surpreender possíveis transformações na forma de conceber as relações familiares de uma para outra geração. Por outro lado, ao recolher informações, imagens e opiniões sobre a família, é inevitável que também se captem os elementos de uma ideologia sobre a mulher e as relações entre os sexos. As raparigas inquiridas, prestes a deixarem o liceu para darem entrada num curso superior, ou mesmo para começarem logo a desempenhar uma profissão, como concebem elas o seu lugar no mundo? E os rapazes, em idêntica circunstância, têm as mesmas ou diferentes expectativas? E, se as têm diferentes, em que termos se caracteriza essa diferença? Qual o lugar que cada sexo atribui ao outro? Qual a influência da origem social de uns e outros sobre as suas concepções?

Estas são, em termos gerais, algumas das questões que, de forma mais ou menos directa, estão formuladas ao longo do questionário e donde partimos para traçar o esboço de uma imagem que se irá construindo ao longo dos capítulos seguintes. Tal esboço será necessariamente tosco e insuficiente, como se depreende das dificuldades já apontadas: falta de recursos financeiros; falta de pessoal; falta de informação (a existência de um número razoável de estudos com temáticas próximas da nossa teria podido fecundar a construção de hipóteses e contribuir para uma maior nitidez das informações recolhidas).

Mas a estas dificuldades, que consideramos de natureza externa, devemos acrescentar ainda problemas de outra ordem, constituindo as dificuldades de natureza interna que passamos a assinalar.

2. PROBLEMAS DE ORDEM INTERNA

2.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO DE INQUÉRITO

Pelo método de inquérito obtém-se como material a analisar um conjunto de informações de determinados grupos de indivíduos sobre determinados aspectos do seu contexto social. Esse *material ideológico* apresenta-se como manifestação fragmentária e a investigação que utiliza o referido método limita-se, normalmente, a analisar *os seus elementos conscientes*. Porém, o modo pelo qual os inquiridos conscientemente se manifestam sobre determinados aspectos da sociedade constitui uma informação forçosamente insuficiente, uma vez que, utilizando as palavras de Eliseo Véron, «quando digo algo, o modo pelo qual o digo e aquilo que não digo e poderia ter dito são aspectos inseparáveis do que digo» [7].

[7] Eliseo Verón, «Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política», in *Lenguage y comunicación social*, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1969, pp. 144-145.

Assim, quando, páginas atrás, escrevíamos que procurávamos saber o que um certo grupo de jovens *pensa* relativamente a certas questões, deveríamos antes ter escrito, para sermos mais precisos, o que certo grupo de jovens *diz pensar*. De facto, as possibilidades de reconstituir o conjunto informativo «o que dizem + o modo por que dizem + o que não disseram e poderiam ter dito» são mínimas no caso de utilização do método de inquérito.

Comparar a informação obtida com informação de outras fontes seria um ponto de partida para uma tentativa de reconstituir aquele conjunto. Neste sentido, pensamos que as nossas limitações de ordem externa vêm acentuar as dificuldades internas do método e técnica escolhidos: informação colhida a partir de fontes diferentes (por exemplo: aplicação do inquérito em estabelecimentos de ensino sociologicamente diferenciados) permitiria uma comparação possivelmente capaz de contribuir para melhor entendimento das operações de selecção e combinação subjacentes aos «dizeres» vindos das diferentes fontes. De momento, o que pudemos fazer foi confrontar o «dizer» masculino com o feminino e, com grandes reservas, confrontar os «dizeres» de jovens que, embora partilhando de um mesmo estatuto escolar, se distribuem, no entanto, por diferentes camadas sociais [8]. Também recorremos — e ver-se-á que com vantagem — à comparação entre respostas dadas a perguntas «directas» e «indirectas».

Aqueles «dizeres» constituem o objecto ideológico que nos propusemos analisar e, como tal, traduzem uma certa forma de relacionação com o mundo, a um tempo real e imaginária. Não podemos esquecer, no entanto, que o método de inquérito, por si só, mais não dá que a possibilidade de recolher, daquela forma de relacionação com o mundo, representações específicas não organizadas em sistemas, e menos ainda dá possibilidade de articular satisfatoriamente uma imagem *(subjectiva)* fragmentária do social com um sistema *objectivo* de referência [9].

A caracterização de um «dizer» — ou, melhor, de um «discurso» — implica a caracterização do espaço social em que foi produzido; neste trabalho, ela fica forçosamente restringida a uma descrição na sua maior parte informada por um conhecimento de senso-comum ou pelas próprias informações prestadas pelos inquiridos ao responder a certas perguntas.

2.2. DOIS CONCEITOS — O JOVEM, A FAMÍLIA

Uma vez expostas sumariamente todas estas reservas, parece-nos necessário esclarecer o que temos em mente quando referimos dois conceitos

---

[8] Como adiante veremos, as referidas reservas devem-se, particularmente, não só à escassez de indicadores que pudemos obter para caracterizar a origem social dos inquiridos, mas também à sua natureza subjectiva, visto que foram construídos a partir de indicações fornecidas pelos próprios inquiridos.

[9] Para não referir outras restrições à técnica do questionário, de que, contudo, não queremos deixar de destacar:

Ambiguidades na interpretação que o inquirido faz da linguagem em que as questões estão formuladas;

Ambiguidades na interpretação que o próprio inquiridor faz da linguagem em que as respostas estão formuladas.

Umas e outras conducentes a uma análise de material ideológico, ela mesma predominantemente ideológica (não científica).

que são, por assim dizer, as palavras-chave deste trabalho: o *jovem*, a *família*.

Quando aqui falamos de jovens, não os estamos a considerar como um conjunto definindo uma condição, um estado, que, por si mesmo, caracterizaria e determinaria sociologicamente indivíduos de um mesmo grupo de idade. Para lá dos comuns aspectos de natureza físico-psicológica que esses indivíduos compartilham, a «condição de jovem», como categoria sociológica, não se apresenta homogénea, antes acusa as diferenças de posição que, no jogo das relações sociais, os jovens ocupam através dos respectivos vínculos familiares.

Deste modo, a instituição familiar apresenta-se-nos como lugar onde, desde os primeiros tempos de vida, se concretizam determinados sistemas de hierarquização social, determinadas relações de autoridade com suas gratificações e sanções, como lugar onde, por outras palavras, se tende a reproduzir determinada situação social.

Através dos seus veículos familiares, o jovem começa a posicionar-se num dado espaço social e é condicionado por uma aprendizagem cujos processos e, consequentemente, cujos efeitos dependerão do «meio de origem», ao mesmo tempo que vão repercutir as tensões de uma situação social concreta. Quer isto dizer que os membros da família a que o jovem pertence fazem parte de certos grupos que mantêm determinadas relações com outros grupos — relações, evidentemente, sujeitas a tensões, a alterações (são variáveis as possibilidades de exercer pressão sobre outros ou de ficar sujeito à pressão de outros). A «visão do mundo» transmitida ao jovem e por ele assimilada não deixará de reproduzir as transformações, os conflitos, as contradições que atravessam esse próprio mundo, num dado tempo e lugar.

É óbvio que a família não é a única instituição transmissora de ideias e valores. Organizações políticas, culturais e religiosas, a escola, a imprensa, os vários meios de comunicação, todos eles difundem informação e podem contribuir para uma reprodução alargada de determinadas relações sociais, na qual confluem contradições várias, ou, pelo contrário, podem tender a modificar ou destruir a estrutura dessas relações.

É, pois, na intrincada dinâmica social que se definirá o posicionamento social do jovem; é através do conhecimento daquela dinâmica que se poderá entender a mudança de padrões de comportamento, ultrapassar o equívoco de uma expressão como «conflito de gerações» e dimensionar devidamente o alcance das acções socializantes (= «formativas») — de sentidos convergentes ou divergentes — das várias instituições.

Sabemos que, para a criança fazer a sua *apropriação* do mundo, necessita de atravessar um processo de «interiorização» capaz de «permitir, por um lado, entender os outros e, por outro lado, apreender o mundo como uma realidade social significante. Esta apreensão não resulta de autónomas criações de significado, efectuadas por indivíduos isolados, mas implica um retomar do mundo em que outros já vivem [...]. Pela interiorização não só se compreendem os processos subjectivos do Outro e o mundo em que o Outro vive, mas ainda esse mundo se torna o nosso próprio mundo». Sabemos também que para que ocorra «interiorização» é preciso que ocorra identificação — «identificando-se com os que a rodeiam, a criança identifica-se a si mesma, ganha uma identidade. Na sua consciência vai-se criando

uma abstracção progressiva que parte das atitudes dos familiares para as atitudes em geral» [10].

A partir daqui poderemos dizer que as novas gerações tendem a *retomar* formas de participação na vida social existentes na sociedade em causa e com base na situação de classe das respectivas famílias. Mas, de acordo com o que dissemos anteriormente, não poderemos é encarar esse retomar como simples apreensão de coisa estável, não poderemos é encarar a família (assim como os outros agentes de socialização) como simples lugar de uma integração no sistema: a tão falada crise da escola e da família parece-nos explicitar que se trata antes de lugares atravessados por contradições de vária ordem que, como atrás sugerimos, arrastam, numa *situação concreta*, determinados conflitos de orientações e de valores. De acordo com a conjuntura histórica e, dentro desta, de acordo com o seu posicionamento social, os jovens experimentam maior ou menor permeabilidade às transformações suas contemporâneas e diferentes capacidades para nelas intervir [11].

Deixemos claro que as observações apontadas nesta alínea implicam um quadro conceptual com exigências que não pudemos satisfazer inteiramente. É parte duma descrição, ela própria fragmentária, o que apresentamos. Esperamos, no entanto, fornecer deste modo um contributo para futuros estudos mais alargados onde se tenham resolvido as dificuldades que por ora não conseguimos sobremontar.

II

A POPULAÇÃO INQUIRIDA: POSIÇÕES SOCIAIS, ORIGENS GEOGRÁFICAS, SEXO

1. CARACTERIZAÇÃO SEGUNDO A VARIÁVEL «POSIÇÃO SOCIAL»

De acordo com as considerações que atrás expusemos acerca de «família» e «juventude», interessou-nos particularmente considerar uma variável independente que designámos por *posição social*. Na sua composição tomámos em conta os indicadores *instrução, profissão* e *lugar na profissão* dos pais dos inquiridos. Ao analisar a influência da posição social dos inquiridos sobre determinadas opiniões e atitudes, é, pois, mais precisamente à posição social dos respectivos pais que nos estaremos a reportar.

No que se refere ao indicador *instrução*, considerámos cinco níveis: instrução primária; 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino secundário; ensino superior. Ao nível do 2.º ciclo liceal incluímos também aqueles que, no ensino técnico, tinham os cursos das escolas comerciais e industriais; ao nível do 3.º ciclo situámos igualmente os cursos dos institutos comerciais e industriais, do magistério primário e do serviço de saúde; finalmente, colocámos ao nível do ensino superior os cursos considerados equivalentes a cursos universi-

[10] Peter Berger e Thomas Luckmann, *The social construction of reality*, Londres, Penguin Books University, 1972.

[11] Ver Nicole Abboud, «Les manifestations collectives des jeunes», in *Sociologie du Travail*, n.º 2, Abril-Junho de 1969.

tários, ministrados por um conjunto de escolas designadas superiores, como, por exemplo, a Academia Militar, a Escola Naval, o I. N. E. F., etc. [12]

Vejamos como se apresenta o que poderemos designar por *ambiente cultural* das famílias dos inquiridos. No que respeita às mães, o panorama é francamente pobre, particularmente no respeitante ao conjunto das alunas, onde a percentagem de mães só com instrução primária é muito elevada (58,5 %), sendo insignificante o número das que têm curso superior (2,6 %). Quanto ao pai, o grau de instrução é mais desenvolvido, sobretudo no que se refere ao conjunto dos alunos (37,4 % de pais com curso superior entre os rapazes, contra 17,4 % entre as raparigas).

Dos quadros n.os 1 e 2, onde combinámos a instrução do pai com a da mãe, ressalta um ambiente cultural mais deficiente para a população feminina, em que avultam os casos de pai com 2.º ciclo e mãe com instrução primária. Para a população masculina, embora os casos de pai e mãe

Graus de instrução dos pais dos inquiridos do sexo feminino

[QUADRO N.º 1] [Percentagens]

Instrução do pai	Instrução da mãe					Totais
	Intsrução primária	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino superior	
Instrução primária	31,4	0,8	2,6	—	—	34,8
1.º ciclo	4,4	1,7	—	—	—	6,1
2.º ciclo	14,8	2,6	9,6	0,8	—	27,8
3.º ciclo	3,5	—	5,2	5,2	—	13,9
Ensino superior	4,4	0,8	3,5	6,1	2,6	17,4
Totais	58,5	5,9	20,9	12,1	2,6	100,0

com instrução primária sejam também os que detêm a maior percentagem, há já uma quantidade apreciável de combinações de pai e mãe com 3.º ciclo e com curso superior.

No que se refere ao indicador *profissão*, começámos por distinguir cinco grupos: *superior*, *médio-alto*, *médio-baixo*, *inferior-alto*, *inferior-*

Graus de instrução dos pais dos inquiridos do sexo masculino

[QUADRO N.º 2] [Percentagens]

Instrução do pai	Instrução da mãe					Totais
	Intsrução primária	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino superior	
Instrução primária	20,2	—	—	0,7	—	20,9
1.º ciclo	0,7	—	—	0,7	—	1,4
2.º ciclo	12,8	1,4	5,2	1,4	—	20,8
3.º ciclo	2,3	0,7	4,6	11,2	0,7	19,5
Ensino superior	5,2	2,3	5,2	12,8	11,9	37,4
Totais	41,2	4,4	15,0	26,8	12,6	100,0

[12] Para a definição destes níveis servimo-nos de uma publicação do M. E. N. intitulada *Possibilidades Educativas em Portugal*, Lisboa, 1966.

-baixo [13]. Para melhor esclarecimento quanto ao conteúdo destes grupos indicamos, a título exemplificativo, algumas das profissões citadas pelos inquiridos, que incluímos em cada grupo:

Superior — professor catedrático; brigadeiro; director de um hospital psiquiátrico; ...
Médio-alto — juiz; professor liceal; médico; engenheiro; advogado; ...
Médio-baixo — gerente comercial; contabilista; empregado bancário;...
Inferior-alto — electricista; oficial de pastelaria; tipógrafo; ...
Inferior-baixo — lavador da C. M. L.; pedreiro; fiel de armazém; ...

Quer no que respeita aos níveis de instrução, quer no que concerne às profissões, retivemos as informações referentes ao *pai* de cada inquirido. Quanto à instrução e profissão da *mãe*, desistimos de as levar em conta, dado o reduzido número de mães com profissão (apenas 30 %). No entanto, sempre que possível, aproveitámos a informação relativa à mãe para resolver problemas de localização que se levantaram no caso de respostas pouco claras quanto à profissão (ou ao lugar na profissão) do pai.

Uma vez identificados os cinco níveis de instrução e os cinco grupos profissionais, combinámos os dois indicadores e chegámos assim a uma redução a três camadas para a *posição social:*

Camada superior, incluindo as profissões dos grupos médio-alto e superior, com instrução correspondente ao 3.º ciclo liceal ou curso superior;
Camada média, incluindo as profissões do grupo médio-baixo, com instrução primária ou 1.º, 2.º ou 3.º ciclo liceal;
Camada inferior, incluindo as profissões dos grupos inferior-alto e inferior-baixo, com instrução primária ou 1.º ou 2.º ciclo liceal.

O quadro n.º 3 informa-nos sobre a distribuição dos jovens inquiridos por estas três camadas. Para o conjunto, a *camada média* é a mais numerosa, tendo abaixo e acima de si camadas com aproximadamente a mesma dimensão uma que a outra. Todavia, ao distinguir por sexos — que o

Distribuição dos inquiridos por posições sociais e sexos

[QUADRO N.º 3] [Percentagens]

Posição social	Total	Rapazes	Raparigas
Inferior	29,9	20,5	41,0
Média	40,9	40,8	41,0
Superior	26,8	35,8	16,3
Sem resposta	2,4	2,9	1,7
Totais	100,0	100,0	100,0

[13] Para a definição destes grupos socorremo-nos da classificação elaborada por A. Sedas Nunes e David Miranda no artigo «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, 1970. No nosso caso desdobrámos inicialmente a camada média em média-alta e média-baixa.

mesmo é dizer, neste caso, por liceus —, a população feminina aparece com uma camada *superior* assaz *reduzida* (apenas 16,30 %), enquanto a camada inferior e a camada média dividem entre si, em partes iguais, 82 % do total. Na população masculina verifica-se uma composição quase oposta a esta: aqui é a camada *inferior* que surge com *muito menos peso* que as restantes (apenas 20,5 %), enquanto a camada média e a superior repartem 76,6 % do total em duas partes que não são muito desiguais (40,8 % e 35,8 %, respectivamente).

Será possível concluir daqui que têm composições sociais diferentes as populações que enviam os seus filhos para cada um dos liceus onde o inquérito foi realizado? Ou será que a menor percentagem de rapazes da camada inferior se explica, como outros estudos sugerem, por os jovens do sexo masculino dessa camada deixarem frequentemente os estudos mais cedo que as suas colegas da mesma camada, quando não obtêm resultados satisfatórios nos seus estudos, ingressando desde logo nas actividades profissionais? Estas perguntas, podemos pô-las, mas não responder-lhes.

Entretanto observemos, porque é importante, que, mau grado os 41,% de raparigas da camada inferior, temos de reconhecer que nos encontramos, tanto no caso do liceu masculino como no do feminino, perante *ambientes caracterizadamente burgueses*. Com efeito, *76,6* % de rapazes e *57,3* % de raparigas das camadas média e superior são suficientes, a nosso ver, para, em ambos os casos e levando em conta as características das instituições escolares em causa e a época em que o inquérito foi efectuado, garantir a dominância dos valores e influências ideológicas burguesas sobre as populações escolares.

2. CARACTERIZAÇÃO SEGUNDO A VARIÁVEL *ORIGEM GEOGRÁFICA*

Partindo do pressuposto de que uma origem predominantemente rural ou predominantemente urbana poderia influenciar determinadas atitudes, construímos a variável *origem geográfica,* composta por *três categorias:* Lisboa; Porto e restantes capitais de distrito; outras localidades.

Como era previsível, tratando-se de liceus lisboetas, a grande percentagem dos inquiridos (82,3 %) têm a sua origem geográfica em Lisboa (ver quadro n.º 4). Naturais do Porto e restantes capitais de distrito encontram-se em número insignificante, largamente ultrapassados pelos oriundos de outras localidades. Não há diferenças sensíveis a assinalar entre a população masculina e a feminina.

Origem geográfica dos inquiridos, por sexos

[QUADRO N.º 4] [Percentagens]

Origem geográfica	Total	Rapazes	Raparigas
Lisboa	82,3	83,9	80,3
Porto e restantes capitais de distrito ...	2,8	2,2	3,5
Outras localidades	12,2	11,7	12,8
Sem resposta	2,7	2,2	3,4
Totais	100,0	100,0	100,0

Se combinarmos a origem geográfica dos próprios inquiridos com a dos pais (ver quadro n.º 5), encontramos *cerca de metade da população inquirida com pais de origem rural*, sendo a maior parte dos filhos já naturais de Lisboa, para onde a família terá vindo habitar num processo

Origem geográfica dos inquiridos e dos seus pais

[QUADRO N.º 5] [Percentagens]

Origem geográfica dos inquiridos	Origem geográfica dos pais dos inquiridos		
	Lisboa	Porto e restantes capitais de distrito	Outras localidades
Lisboa	34,9	11,3	38,4
Porto e restantes capitais de distrito ...	—	1,6	1,2
Outras localidades	—	0,8	11,8

Obs. — As percentagens em linha não correspondem precisamente às que figuram no quadro n.º 4 devido a haver alguns casos sem resposta para a pergunta quanto à origem geográfica dos pais.

de mobilidade geográfica. Para a outra metade da população inquirida (também quase toda de Lisboa), os respectivos pais distribuem-se, uma parte, por Lisboa (todos os filhos destes nasceram igualmente na capital) e, outra parte, muito mais reduzida, pelo Porto e capitais de distrito. Apenas 15,4 % dos casos são de pais e filhos que têm, todos, origem geográfica não lisboeta.

Para além desta caracterização, a origem geográfica não vai ser adiante utilizada como variável independente, dado que, para a quase totalidade dos cruzamentos ensaiados, ela se não mostrou relevante em relação ao conjunto das variáveis dependentes consideradas neste artigo.

3. IMPORTÂNCIA DA VARIÁVEL *SEXO*

Numa sociedade onde são marcantes a discriminação e a repressão sexuais impunha-se a necessidade de detectar possíveis diferenças entre os rapazes e as raparigas quanto a uma interferência familiar mais ou menos inibidora de suas iniciativas e escolhas. Para além dessas diferenças, mais directamente ligadas a problemas de autonomização perante a família, procurou-se surpreender efeitos de uma formação sexualmente discriminatória sobre as imagens, através das quais rapazes e raparigas definem o seu padrão familiar e que se desprendem das suas opiniões sobre relações pré-maritais, formas de casamento, relações marido-mulher, divórcio, etc.

III

OS JOVENS PERANTE A SUA FAMÍLIA DE ORIGEM

1. INTRODUÇÃO

O material que vamos analisar é constituído não só pelas respostas que as perguntas fechadas condicionaram e pelas que as perguntas abertas estimularam, mas também pelas *não respostas* e os *não sei*, que traduzirão,

frequentemente, lapsos ou pseudodesconhecimentos a ocultar receio de uma resposta «suspeita», julgada comprometedora porque demasiado «avançada»... ou porque demasiado «convencional»... Respostas contraditórias a perguntas que se equivalem constituem um outro aspecto do material recolhido que nos trouxe algum esclarecimento sobre diferentes afirmações referidas a um mesmo problema, mas variando conforme o nível de abstracção a que a questão é formulada e consoante está nela implicada uma situação imaginária ou real.

A partir deste material fizemos a nossa tentativa de aproximação daquele conjunto informativo referido em 2.1 da parte I: «o que se diz + o modo por que se diz + o que não se diz e se poderia dizer.»

Das imagens que captámos destacamos três aspectos no que se refere à *estrutura familiar* onde os inquiridos se inserem: relações pai-mãe; relações pais-filhos; valorização das relações familiares.

2. RELAÇÕES PAI-MÃE

2.1 DECISÃO E AUTORIDADE

Os quadros n.os 6 e 7 levam-nos a distinguir entre a forma como se distribui o *poder de decisão* entre o pai e a mãe e a forma como se distribui a *autoridade* entre os mesmos.

Respostas à pergunta: «Como é que os teus pais costumam tomar decisões em relação às necessidades do dia-a-dia?»

[QUADRO N.º 6] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Decidem os dois em conjunto	52,3	54,0	52,1
b) Decide o pai	7,2	7,3	7,7
c) Decide a mãe	7,9	5,1	11,1
d) Decide umas vezes um, outras vezes o outro	32,6	33,6	29,1
Sem resposta	—	—	—
Totais	100,0	100,0	100,0

O poder de decisão (ver quadro n.º 6) aparece *partilhado pelo casal* [alíneas *a*) e *d*)], com reduzidos casos de monopolização por um dos membros. É, no entanto, de notar que estes casos são menos raros nas respostas das raparigas, pois que em 11 % dos casos decide *só a mãe*, enquanto para os rapazes apenas em 7 % decide *só o pai*.

Por outro lado, a atribuição da autoridade não reproduz uma configuração equivalente à da decisão — *o pai concentra funções de autoridade e disciplina no interior da família em um número de casos muito superior ao que aparece para a tomada de decisão só pelo pai*. Consequentemente, a forma colaborativa de partilha daquelas funções [quadro n.º 7, resposta *c*): «tanto o pai como a mãe»] detém um contingente muito inferior ao que encontrámos para a forma colaborativa de decisão [quadro n.º 6, resposta *a*): «decidem os dois em conjunto»]: *15,7 %*, contra *52,3 %*, respectivamente.

Para as formas segregadas de exercício da autoridade, *as respostas das raparigas privilegiam*, relativamente às dos rapazes, *a alínea referente*

Respostas à pergunta: «Quem assume as funções de autoridade e disciplina na tua família?»

[QUADRO N.º 7] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) O pai mais do que a mãe	32,3	40,9	22,2
b) A mãe mais do que o pai	10,3	7,3	13,8
c) Tanto o pai como a mãe	15,7	15,3	17,0
d) O pai para umas coisas e a mãe para outras	41,3	36,5	46,1
Sem resposta	0,4	—	0,8
Totais	100,0	100,0	100,0

à mãe [quadro n.º 7, alínea *b*): «a mãe mais do que o pai»: 13,8 % nas respostas femininas, 7,3 % nas respostas masculinas]. Pelo contrário, *as respostas dos rapazes privilegiam a alínea referente ao pai*, muito em especial para o exercício da autoridade [quadro n.º 7, alínea *a*): «o pai mais do que a mãe»: 40,9 % nas respostas masculinas; 22,2 % nas respostas femininas). Trata-se, aliás, da percentagem mais elevada nas respostas dos rapazes, enquanto para as raparigas a maior percentagem vai para uma forma de partilha segregada [quadro n.º 7, alínea *d*): «o pai para umas coisas e a mãe para outras»: 46,1 % nas respostas femininas].

Estes resultados parecem-nos sugerir que, embora os filhos verifiquem geralmente os contributos de ambos os pais para as decisões tomadas na prática quotidiana, conservam, *por outro lado, em muitos casos (e sobretudo os rapazes), a imagem de uma figura paterna investida dos poderes de autoridade e disciplina no seio da família.* O facto de esta imagem de pai-portador-da-autoridade se impor mais aos rapazes que às raparigas poderá resultar, entre outros factores, de uma presumível maior intervenção do pai junto daqueles que junto destas, conservadas porventura mais em contacto com a mãe.

As consideráveis percentagens que encontrámos para uma distribuição tanto do poder de decisão como das funções de autoridade e disciplina, «*umas vezes pelo pai, outras vezes pela mãe*», sugerem a importância de um tipo de estrutura familiar em que a interacção no casal se faz em termos de uma divisão de poderes segregados conforme as «áreas de actividade»: numas «áreas» domina a decisão ou a autoridade paterna, noutras a materna. Se tivéssemos desenvolvido a pesquisa no sentido de discriminar as possíveis «áreas» em que se exercem o poder de decisão e a autoridade de cada um dos pais, as respostas iriam provavelmente engrossar mais ainda o contingente que indica a forma-partilha de poderes com segregação, como se poderá supor, não só através de um conhecimento do senso comum, mas também a partir dos resultados de um certo número de estudos que se ocuparam especificamente destes aspectos da estrutura familiar [14].

[14] Como, por exemplo, o estudo de Hubert Touzard *Enquête Psychosociologique sur les rôles conjugaux et la structure familiale*, CNRS, 1967, o estudo de Fougeyrollas «Prédominance du mari ou de la femme dans le ménage», in *Population*, n.º 1, 1951, ou ainda, para o caso português, algumas das conclusões de Maria Palmira Duarte, em *Imagem da Mulher na Sociedade*, I. S. C. S. P. U., 1968.

As quatro formas de interacção que construímos *a priori para* a decisão e a autoridade — uma *forma colaborativa*, em que as decisões são tomadas em conjunto e a autoridade é exercida tanto pelo pai como pela mãe, sem diferenciação; uma forma de *partilha de poderes com segregação*, implicando «áreas» aqui não discriminadas; duas formas *autoritárias* (uma com dominação paterna, outra com dominação materna) — apareceram com pesos diferentes, conforme se tratava da decisão ou da autoridade. Combinámos as escolhas para aquela com as escolhas para esta e verificámos ser a forma «*partilha com segregação (para a autoridade) + a forma colaborativa (para a decisão)*» a combinação que concentra maior número de respostas. Só na posição seguinte aparece a forma colaborativa coincidindo para a decisão e para a autoridade.

Resta acrescentar que, pelo menos para o grau de generalidade a que estão formuladas as perguntas em causa, não encontrámos qualquer relação significativa entre a posição social e as formas de distribuição do poder de decisão ou da autoridade entre os pais.

2.2 COLABORAÇÃO DO PAI NAS TAREFAS DOMÉSTICAS

Ainda quanto à interacção pai-mãe na família de origem dos inquiridos, destacámos uma outra forma que incide particularmente sobre uma certa «área de actividade»: as tarefas domésticas (veja-se o quadro n.º 8).

Respostas à pergunta: «O teu pai colabora normalmente com a tua mãe nas tarefas domésticas?»

[QUADRO N.º 8] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Sim	29,2	30,7	27,3
b) Não	67,3	67,1	67,5
c) Não sei	1,6	0,7	2,6
Sem resposta	1,9	1,5	2,6
Totais	100,0	100,0	100,0

Neste domínio, a segregação transparece claramente: mais de dois terços (tanto dos rapazes como das raparigas) respondem *negativamente* quanto à distribuição entre o pai e a mãe de uma actividade desta natureza.

Claro que aqui teríamos, uma vez mais, de especificar as tarefas, se quiséssemos aprofundar este aspecto da interacção no interior da família. A discriminação do tipo de tarefas domésticas desempenhadas preferentemente pelo pai ou pela mãe poderia precisar o significado das respostas *sim* e elucidar-nos sobre uma forma de colaboração que, sem isso, ficamos a desconhecer se é muito ou pouco segregada (por exemplo, lavar e estender a roupa, tal como consertar uma ficha eléctrica, são actividades compreendidas dentro das tarefas domésticas, mas em regra atribuídas diferenciadamente à mulher e ao marido).

Encontrámos uma certa variação na frequência da colaboração paterna nas tarefas domésticas segundo a posição social, variação que se traduz no sentido de um acréscimo na recusa de colaboração quando se sobe das

camadas inferiores para as camadas sociais *superiores* (ver quadro n.º 9). Contribuirá certamente para explicar esta tendência a existência de pessoal doméstico e de melhor equipamento nas camadas mais favorecidas, assegurando a execução de várias tarefas caseiras sem haver necessidade de o marido prestar ajuda à mulher. Mas o inquérito não permitia verificar tal hipótese.

Colaboração do pai nas tarefas domésticas, segundo a sua posição social e o sexo dos inquiridos

[QUADRO N.º 9] [Percentagens]

Comportamentos do pai		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes	Pai colabora	37,1	30,2	24,5
	Pai não colabora	62,9	69,8	75,5
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas	Pai colabora	32,6	30,5	18,7
	Pai não colabora	67,4	69,5	81,3
	Totais	100,0	100,0	100,0

Anote-se, antes de concluir, que a informação prestada pelos inquiridos quanto às atitudes dos pais no que se refere à tomada de decisões ou à divisão do trabalho doméstico vai ser confrontada, mais adiante, com o que os jovens prevêem que serão as suas próprias atitudes relativamente às mesmas questões. Adiantemos desde já que neles se manifesta uma atitude genérica voltada para uma estrutura familiar colaborativa, de forma muito mais acentuada que a atribuída aos seus pais.

3. RELAÇÕES PAIS-FILHOS

3.1 DEPENDÊNCIA-AUTONOMIA

Ocupar-nos-emos seguidamente das relações entre pais e filhos segundo a *dicotomia dependência-autonomia*, reservando para outra secção («Valoração das relações familiares») a apreciação do que poderemos entender como «ambiente familiar mais ou menos caloroso», o que envolverá: relações de entendimento entre pais e filhos, relações afectivas que estabelecem e grau de intimidade existente.

A análise perspectivada de acordo com a aludida dicotomia dependência-autonomia incidirá em quatro domínios: *a*) escolha do cônjuge; *b*) escolha da carreira; *c*) liberdade de saídas; *d*) posse e utilização de mesada.

a) Escolha do cônjuge

Em relação com este ponto, perguntámos: «Casavas-te com alguém que os teus pais desaprovassem completamente?» Como pode verificar-se no quadro n.º 10, mais de metade da população inquirida (e perto de dois terços no caso dos rapazes) afirmou a sua vontade de total autonomia relativamente à escolha do futuro marido ou mulher.

Respostas à pergunta: «Casavas-te com alguém que os teus pais desaprovassem completamente?»

[QUADRO N.º 10] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Sim	57,9	62,0	53,0
b) Não	4,7	5,8	3,4
c) Não sei	35,8	29,2	43,6
Sem resposta	1,6	2,9	—
Totais	100,0	100,0	100,0

No entanto, uma elevada percentagem (especialmente na população feminina) exprimiu, através da resposta *não sei*, a sua perplexidade quanto ao que decidiria numa situação que provavelmente ainda nem sequer tinha imaginado.

Dado o elevado número das respostas evasivas, não podemos deixar de nos interrogar acerca de esse número poder, não só traduzir a impossibilidade efectiva de uma resposta categórica (por se tratar de uma situação imaginária de que se não teve experiência concreta), mas também constituir um refúgio onde se abrigam os que não ousam uma clara afirmativa, tida como «não respeitosa», e, por outro lado, também não querem responder um *não*, sinal evidente de dependência que conscientemente recusam...

b) *Escolha da carreira*

Ao contrário do que acontecia no ponto anterior, os inquiridos estavam agora perante uma questão que correspondia a uma situação real e sua conhecida: «Em relação à tua escolha de carreira, qual é a atitude dos teus pais?» A análise das respostas a esta pergunta levou-nos a constituir os três grupos que figuram no quadro n.º 11: grupo 1: «Não intervém nem

Respostas à pergunta: «Em relação à tua escolha de carreira, qual é a atitude dos teus pais?»

[QUADRO N.º 11] [Percentagens]

Respostas	Total		Rapazes		Raparigas	
1. Não intervém nem um, nem o outro ...	49,3		54,7		42,8	
2. Ambos intervêm:						
a) Com aprovação de ambos	13,7	19,3	21,2	21,2	7,8	17,0
b) Com aprovação de um e desaprovação do outro	5,6		—		9,3	
c) Com desaprovação de ambos ...	—		—		—	
3. Um intervém, o outro não:						
a) Com aprovação	16,1	24,4	7,3	16,9	25,3	33,1
b) Com desaprovação	8,3		9,6		7,8	
Sem resposta	7,0		7,2		7,1	
Totais	100,0		100,0		100,0	

um, nem o outro»; grupo 2: «Ambos intervêm»; grupo 3: «Um intervém, o outro não.» Para os grupos de respostas que indicavam existência de intervenção distinguimos os casos em que ela era ou não de natureza aprovatória.

A inclusão no grupo 2 de casos em que há aprovação de ambos poderá parecer surpreendente, porquanto aprovação não significa necessariamente interferência. Porém, muito curiosamente, a quase totalidade dos que responderam, acerca de ambos os pais, que estavam plenamente de acordo com a escolha por eles feita porque era a que ambicionavam acrescentaram indicações que apontam para uma anterior escolha não aprovada e posteriormente substituída por aquela que passou a merecer completa aprovação, porque já coincidente com a que os pais desejavam. Não pudemos deixar de classificar tais respostas como correspondendo a uma intervenção real dos pais, que efectivamente veio alterar a escolha dos filhos.

Como podemos verificar pelo quadro n.º 11, mais de dois quintos da população total (43,7 %, grupos 2 e 3) acusam intervenção dos pais, sendo esta sensivelmente mais elevada na população feminina que na masculina (grupos 2 e 3: raparigas, *50 %*; rapazes, *38 %*).

Para os casos em que *um intervém e o outro não* (grupo 3), verificámos que o interveniente era o *pai* para metade desses casos na população masculina; era a mãe para cerca de dois terços na população feminina.

A diferença de percentagens entre rapazes e raparigas do grupo 2 para o grupo 3 — maior percentagem no grupo 2 para aqueles e no grupo 3 para estas — parece, pois, ligar-se a *uma particular preocupação da mãe com a escolha da carreira das filhas*, acompanhada de uma frequente não intervenção do pai (por se achar que «a mãe sabe melhor o que convém a uma rapariga»?). Para o reduzido número que indicou intervenção com desaprovação é quase sempre a mãe quem desaprova, tanto para os rapazes como para as raparigas. Não apareceu nenhum caso em que houvesse desaprovação tanto do pai como da mãe.

De qualquer modo, o que, em termos gerais, avulta claramente no quadro n.º 11 é que *os rapazes acusam muito menos interferência dos seus pais na escolha das suas carreiras do que as raparigas.*

c) Liberdade de saídas

Em relação a este ponto (ver quadro n.º 12), a população masculina não fornece qualquer resposta negativa — a totalidade declara que os pais os deixam sair sós. Entretanto, *27,4 %* da população feminina declara a sua impossibilidade de sair só, *qualquer que seja a hora.*

Dentro das respostas afirmativas, contudo, a autonomia dos jovens é variável e aparece sujeita a condicionamentos de vária ordem, de acordo com os quais definimos as cinco categorias que figuram para o n.º 1 do quadro n.º 12.

A classificação das respostas de acordo com essas categorias dá-nos uma informação que vem sublinhar particularmente a *dependência das raparigas:* a larga maioria das que têm permissão para sair sós apenas o podem fazer de dia (grande número delas exprimiram claramente a própria «interiorização» da recusa de as deixarem sair a outra qualquer hora através de frases como estas: «Deixam-me sair de dia; de resto, o que iria fazer sozinha à noite?»; «Posso sair até às 8 horas da noite; depois disso não, mas também não tenho nada que fazer fora de casa depois dessa hora»).

Respostas à pergunta: «Os teus pais deixam-te sair só? Até que horas?»

[QUADRO N.º 12] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
1. Sim:			
a) Sem limite de horas	20,9	36,4	2,5
b) Com restrições segundo as circunstâncias	12,3	21,9	0,8
c) Até à meia-noite	13,7	22,6	3,4
d) Só de dia	27,5	1,5	58,1
e) O limite fica à tua própria responsabilidade	3,6	2,3	6,2
Sem especificação	9,4	15,3	1,6
2. Não	12,6	—	27,4
Sem resposta	—	—	—
Totais	100,0	100,0	100,0

Nos rapazes, a percentagem mais elevada vai para a categoria *sem limite de horas*, seguida de perto pelas categorias que restringem as saídas até à meia-noite e as que as limitam *segundo as circunstâncias*. As respostas incluídas na categoria 5 *(limite de horas a definir pelo próprio inquirido)* começam por afirmar, na maior parte dos casos, ausência de limitação por parte dos pais, acrescentando porém esclarecimentos de que transparece uma interiorização de restrições equivalente à que assinalámos acima para as raparigas («Posso sair até às horas que me apetecer; os meus pais confiam em mim, sabem que não exagero»; «Não tenho horas marcadas, mas nunca volto muito tarde porque eles ficavam preocupados»).

Muito embora estes últimos casos (categoria 5) sejam em número reduzido, distinguimo-los da categoria 1 *(sem limite de horas)* porque foram os únicos que se exprimiram em termos de responsabilização própria, e não apenas de limitação imposta do exterior. As raparigas apresentam para esta categoria uma frequência mais elevada que os rapazes. Efectivamente, embora muito reduzida, esta percentagem é a menos diminuta para a população feminina entre as respostas afirmativas, excluindo a categoria 4 («Só de dia»). Tal facto, juntamente com as autojustificações fornecidas a propósito da proibição de saídas para além das 20 horas, supomo-lo efeito de um processo de *interiorização de normas*, operado, no caso das raparigas, através de uma particular repressão e exigência.

De notar a considerável percentagem de respostas afirmativas *sem especificação* de horas entre os rapazes (caberão estas respostas na categoria 1 ou significarão a recusa de admitir um limite atentatório de uma autonomia desejada, mas não possuída?).

d) Posse e utilização de mesadas

Como se pode verificar no quadro n.º 13, a grande maioria dos jovens declaram possuir uma mesada ou semanada. No entanto, para as raparigas, a percentagem de respostas afirmativas foi significativamente mais baixa (rapazes, *81,7 %;* raparigas, *68,4 %*).

Respostas à pergunta: «Tens uma mesada ou semanada?»

[QUADRO N.º 13] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Não tenho	22,0	13,9	31,6
b) Tenho	75,6	81,7	68,4
Sem resposta	2,4	4,4	—
Totais	100,0	100,0	100,0

A distinção revela por sexos diferenças assinaláveis quanto às formas de gastar a mesada: não só as raparigas referem os *divertimentos* com muito *menor* frequência (28,4 %) que os rapazes (57,5 %), como são de natureza diferente os divertimentos mencionados por cada um dos sexos, o mesmo acontecendo com as *ocupações* e as *despesas várias*.

Para a população masculina figuram como *divertimentos:* o cinema, o teatro, os jogos (matraquilhos, caça-níqueis, etc.), idas a *boîtes* ou a bares, desporto, passeios (de moto ou de automóvel, para alguns); para a população feminina, as possibilidades são muito mais reduzidas, apenas incluindo, para além do cinema e do teatro, lanches com as amigas e idas às compras.

Quanto às *ocupações*, também é referida uma maior variedade pelos rapazes, que às ocupações comuns aos dois sexos (leitura de livros e revistas, audição de discos, conversas com amigos) acrescentam outras, como filatelia, numismática e fotografia.

Nas *despesas várias*, os rapazes indicam gastos em café, tabaco, jornais e revistas; as raparigas indicam cosméticos, adereços de uso pessoal, cabeleireiro, presentes e guloseimas. As despesas com vestuário e transportes aparecem citadas com a mesma frequência por ambos os sexos.

No conjunto — e contra certas aparências de senso comum, que inclinariam a supor muito mais uniformes os modos de vida dos dois sexos —, o material que os inquiridos forneceram quanto a este ponto transmite *duas imagens substancialmente distintas acerca da vida social e das ocupações dos rapazes e das raparigas*, caracterizando-se as destas últimas por uma sensível «monotonia» e as daqueles por uma contrastante «diversidade».

e) *Influência da origem social na autonomia dos jovens*

Procurámos averiguar a influência da origem social em cada um dos quatro domínios considerados: escolha do cônjuge, escolha da carreira, liberdade de saídas, posse e utilização de mesada. Ao contrário do que esperávamos, não encontrámos qualquer influência no que respeita a estes dois últimos domínios.

No que se refere à escolha do cônjuge, os dados do quadro n.º 14 revelam uma tendência para uma *diminuição de autonomia* à medida que se passa da camada inferior para as que lhe estão acima. Essa tendência manifesta-se na forte redução das percentagens dos que declaram que casariam com quem escolhessem, mesmo que contra a vontade dos pais (redução que é particularmente notória no caso dos rapazes), e no paralelo aumento das percentagens dos que respondem evasivamente «não sei». Estes dados

Autonomia na escolha do cônjuge, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 14] [Percentagens]

Autonomia		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes ...	Não casavam sem aprovação dos pais	3,8	5,4	8,6
	Casavam sem aprovação dos pais	73,1	54,6	23,3
	Não sabem	23,1	40,0	68,1
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas...	Não casavam sem aprovação dos pais	—	8,3	—
	Casavam sem aprovação dos pais	66,7	41,7	42,2
	Não sabem	33,3	50,0	57,8
	Totais	100,0	100,0	100,0

levam-nos a pensar que, quanto mais altamente posicionados na sociedade, mais os jovens *se sabem* submetidos, no que respeita à escolha do cônjuge, a um *contrôle* (ou, pelo menos, uma «vigilância») familiar. E compreende-se que assim seja, dada a importância daquela escolha no conjunto dos mecanismos através dos quais se assegura a reprodução de uma dada situação de classe.

Quanto à escolha de carreira, os resultados inscritos no quadro n.º 15 levar-nos-iam, sem mais, a admitir uma tendência semelhante e a atribuí-la aos mesmos motivos. Em todo o caso, seria uma tendência menos acentuada que a anterior, pois que as diferenças entre as percentagens, de camada para camada, são muito menos sensíveis do que no caso da escolha do cônjuge. Mas temos dúvidas, que resultam de as camadas menos favorecidas serem, seguramente, enquanto camadas formadas por jovens, conjuntos mais «filtrados» por decisões familiares. Os jovens dessas posições que

Interferências dos pais nas escolhas de carreira dos filhos, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 15] [Percentagens]

Interferências dos pais		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes ...	Não interferem	66,5	65,3	57,2
	Interferem	18,6	26,6	30,9
	Interfere um o outro não ...	14,9	8,1	11,9
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas...	Não interferem	48,9	47,9	41,1
	Interferem	22,2	14,5	17,8
	Interfere um o outro não ...	28,9	37,6	41,1
	Totais	100,0	100,0	100,0

encontrámos são já *os que restam* de conjuntos juvenis muito mais numerosos: são aqueles cujas famílias decidiram impelir pela carreira dos estudos — e dos estudos liceais até ao seu termo. Pelo caminho terão ficado os que as suas famílias decidiram que não estudariam, indo desde logo ingressar numa actividade profissional, e os que foram encaminhados para as escolas técnicas. Ora tudo isto são interferências na escolha da carreira... e interferências muito mais pesadas nas camadas baixas, ao contrário do que o quadro n.º 15, por si só, nos parece mostrar.

De modo que a leitura mais correcta deste quadro é porventura a seguinte: entre os jovens das várias camadas sociais *que avançaram até ao termo dos estudos liceais*, os das camadas menos favorecidas desfrutam, em geral, de mais autonomia, em relação à família, na escolha das suas ulteriores carreiras profissionais. E isto, provavelmente, tem relação com o facto de os estudos, criando um distanciamento de *status* dos filhos em relação aos pais, tornarem a estes mais difícil interferir nas opções dos jovens, até por lhes proporcionarem a convicção de que se encontram em melhores condições que os respectivos genitores para avaliarem do que mais lhes convém e do interesse objectivo das diferentes carreiras (especialmente das carreiras universitárias). Note-se, todavia, que, no quadro n.º 15, a autonomia dos rapazes da camada inferior aparece muito mais marcada que a das raparigas da mesma camada.

3.2 VALORAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Dado que, presentemente, tanto se insiste, em termos de senso comum, numa crescente dificuldade de comunicação entre pais e filhos, numa crescente perda de importância dos laços familiares, pareceu-nos de interesse incluir no questionário algumas perguntas sobre esta matéria.

Sem ignorar os limites do nosso trabalho, arriscamo-nos a avançar que *a informação recolhida não parece traduzir um declínio da importância e do peso da família*, antes parece reproduzir uma imagem convencional, de natureza predominantemente apologética, definida através de relações que a maioria dos inquiridos consideram de bom entendimento e de afecto caloroso entre pais e filhos. Todavia, parece-nos necessário precisar alguns pormenores desta imagem genérica.

a) Entendimento e afecto nas relações pais-filhos

Pressupondo que as relações de afecto com os pais não implicam necessariamente a possibilidade de pais e filhos *se entenderem* ao nível da discussão e compreensão de problemas vários ou da recíproca aceitação de ideias e atitudes, formulámos duas perguntas destinadas, uma, a colher informações sobre a forma como os inquiridos interpretavam as suas possibilidades *de entendimento* com os pais, e outras duas, a averiguar como apreciavam as manifestações *de afecto* do pai e da mãe.

Tendo perguntado: «Como consideras o entendimento entre ti e os teus pais?», as respostas *favoráveis* [ver quadro n.º 16, alíneas *a*), *b*) e *c*)] concentraram a larga maioria das respostas. Apenas 22 % responderam de modo *desfavorável*, aliás com um número reduzidíssimo para a negativa declarada [alínea *e*)]. Entre rapazes e raparigas há, porém, alguma diferença na distribuição das percentagens pelas várias alíneas, donde resulta uma configuração um pouco menos «optimista» para a população feminina.

Respostas à pergunta: «Como consideras o entendimento entre ti e os teus pais?»

[QUADRO N.º 16] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Óptimo	15,0	18,3	12,7
b) Bom	34,6	36,5	32,4
c) Razoável	28,4	25,5	31,6
d) Pouco satisfatório	18,5	16,8	19,2
e) Não há entendimento	3,5	2,9	4,1
Sem resposta	—	—	—
Totais	100,0	100,0	100,0

A insuficiência ou inexistência de *entendimento* foram atribuídas, por aqueles que deram respostas *desfavoráveis*, e tanto pela população masculina como pela feminina, principalmente a dois factos:

1. Terem uma maneira de pensar que não se harmoniza com a dos pais;
2. Terem uma necessidade de liberdade e responsabilidade que os pais não reconhecem.

Para os rapazes, as razões das restantes respostas desfavoráveis (menos de ¼ da totalidade destas) distribuíram-se em igual percentagem por duas outras alíneas:

3. Manterem um comportamento que desagrada aos pais;
4. Exprimirem o seu próprio desagrado pelo comportamento dos pais para com eles.

Para as raparigas foram ainda mais escassas as respostas que indicaram estas últimas razões, particularmente a que envolve a deliberação de manter uma atitude activa «que desagrada aos pais».

Para as *relações de afecto* evitámos formular as questões em termos equivalentes aos utilizados para o *entendimento*. Por um lado, admitimos que seria ainda mais difícil para os inquiridos terem de confessar de forma directa que não amavam os pais ou não eram por eles amados do que reconhecerem que não havia entendimento com eles no domínio das ideias e atitudes. Por outro lado, procurámos discriminar como cada sexo interpretaria as manifestações de afecto do pai e da mãe, uma vez que, como já notámos anteriormente, há entre a população masculina e a feminina diferenças nas formas de se relacionarem com o pai e com a mãe.

A partir da combinação das respostas às perguntas 21 e 22 do questionário construímos três tipos de relação de afecto (ver quadro n.º 17). Incluímos no que designámos como *relação satisfatória* as combinações em que: *a*) tanto o pai como a mãe são afectuosos de forma aberta; *b*) um dos pais é afectuoso de forma aberta e o outro é-o de forma reservada; *c*) um dos pais é afectuoso de forma aberta e o outro é-o de forma excessiva.

No tipo de *relação deficiente* incluímos as combinações em que: *a*) nenhum dos pais é afectuoso; *b*) um dos pais não é afectuoso e o outro é-o

Tipos de relação de afecto com os pais *

[QUADRO N.º 17] [Percentagens]

Tipos de relação	Total	Rapazes	Raparigas
1. Relação satisfatória	60,6	67,8	52,1
2. Relação deficiente	33,5	30,6	36,7
3. Relação de opostos	3,2	—	6,8
Sem resposta	2,7	1,5	4,3
Totais	100,0	100,0	100,0

* Quadro elaborado a partir das perguntas 21 e 22 (ver questionário em anexo).

de forma reservada; *c*) um dos pais não é afectuoso e o outro é-o de forma excessiva; *d*) um dos pais é afectuoso de forma reservada e o outro é-o de forma excessiva.

Um terceiro tipo, *relação de opostos*, contém as casos extremos, em que um dos pais não é afectuoso e o outro é afectuoso de forma aberta.

O grande predomínio pertence ao tipo de *relação satisfatória*, o que todavia não deve fazer esquecer que *um terço* dos inquiridos acusam uma *relação deficiente*. O terceiro tipo de relação não se encontra entre os rapazes.

Como atrás verificámos para o entendimento com os pais, também aqui a relação afectiva satisfatória ocupa um lugar significativamente inferior para as raparigas, que em pouco excede 50 %. *As raparigas acusam assim*, quer quanto ao entendimento, quer quanto ao afecto, *maiores dificuldades de relação com os pais que os rapazes.*

Fomos analisar os casos que consideram pelo menos um dos pais como tendo manifestações excessivas, reservadas ou declaradamente não afectuosas. Para ambos os sexos verificámos que essas formas de manifestação mais ou menos desfavoráveis são apontadas em maior número de casos para o pai do que para a mãe. Entre tais formas, as relações de *afecto reservado* são as que aparecem como caracteristicamente paternas. Mas para o tipo de *relação satisfatória*, a combinação «mãe afectuosa de forma aberta» com «pai afectuoso de forma reservada» é a mais frequente. Esta particularização parece-nos importante, na medida em que diminui a impressão favorável produzida pela elevada percentagem daquele tipo de relação, além de que sublinha a imagem de *uma figura paterna persistentemente distante e reservada nas suas demonstrações de afecto.* É sobretudo entre a população masculina que esta imagem se acentua particularmente. Também para os rapazes, mais que para as raparigas, é superior o número de casos com mães afectuosas de forma que os jovens consideram *excessiva.*

No tipo de *relação de opostos* (só verificado na população feminina) é o pai a figura não afectuosa em todos os casos, excepto um.

Cruzámos as variáveis «relação de entendimento» e «relação de afecto». O resultado desse cruzamento (ver quadro n.º 18) possibilita-nos detectar um certo desfazamento entre as duas dimensões (satisfatória; deficiente) das duas variáveis.

Se, para o total, é a combinação simétrica da dimensão satisfatória de cada variável que detém a maior percentagem, sucede todavia que, no caso da população *masculina*, se encontra uma percentagem relativamente pró-

Combinação entre as relações de entendimento e de afecto com os pais, por sexos

[QUADRO N.º 18] [Percentagens]

Relações de afecto	Relações de entendimento			
	Entendimento com os pais satisfatório (*a*)		Entendimento com os pais deficiente (*b*)	
	Rapazes	Raparigas	Raparigas	Rapazes
Relação de afecto com os pais saitsfatória (*c*)	77,0	76,1	61,3	34,5
Relação de afecto com os pais deficiente (*d*) ...	23,0	23,9	38,7	65,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs. — As categorias (*a*) e (*b*) reúnem, respectivamente, as alíneas *a*), *b*) e *c*) e as alíneas *d*) e *e*) da pergunta 19 (ver questionário em anexo). As categorias (*c*) e (*d*) reúnem, respectivamente, os números 1 e os números 2 e 3 do quadro n.º 17.

xima daquela para a combinação de duas dimensões assimétricas: *relação de afecto satisfatória* com *relação de entendimento deficiente*. Por outro lado, a combinação simétrica dominante (dimensão *satisfatória* para uma e outra variável) é, para as raparigas, seguida de bastante perto pela combinação simétrica *oposta* (ou seja, dimensão *deficiente* em ambas as variáveis) e a diferença entre as duas dimensões assimétricas *(a/d, b/c)* é muito menor que nos rapazes *(a/d, b/c)*. Daqui sermos levados a pensar que *os dois modos de relação com os pais — afecto e entendimento — se apresentam mais interligados para as raparigas, num equilíbrio que, aliás, se traduz em carência, e não em satisfação,* pois, ao contrário do que acontece para os rapazes, a dificuldade de entendimento é, para elas, muito menos compensada pelo reconhecimento de uma relação de afecto satisfatória.

Tínhamos pensado que a *posição social* dos pais jogaria um papel importante na possibilidade de entendimento entre pais e filhos.

Essa possibilidade aumentaria para a camada superior? Seria na camada inferior que menos se revelaria, uma vez que aí rarearíam as oportunidades de confronto através do debate de ideias e atitudes? Conjecturas como estas tiveram de ficar por esclarecer. O quadro n.º 19 pouco mais permite do que pressupor uma certa tendência para o entendimento satisfatório se assinalar mais frequentemente na camada média.

Entendimento com os pais, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 19] [Percentagens]

Tipos de entendimento com os pais	Posições sociais		
	Inferior	Média	Superior
Rapazes ... { Entendimento satisfatório ...	50,7	58,9	44,8
Rapazes ... { Entendimento deficiente ...	49,3	41,1	55,2
Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas ... { Entendimento satisfatório ...	42,3	53,4	47,3
Raparigas ... { Entendimento deficiente ...	57,7	46,6	52,7
Totais	100,0	100,0	100,0

b) Intimidade nas relações pais-filhos

As respostas à pergunta «A quem fazes as tuas confidências?» (ver quadro n.º 20) trazem-nos mais uma achega no sentido de diversificar aquela imagem de harmonia e afectividade predominantes que a maioria dos inquiridos nos ofereciam, embora só numa primeira aproximação.

Respostas à pergunta: «A quem fazes as tuas confidências?»

[QUADRO N.º 20] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
1. A ninguém	24,8	27,0	22,3
2. Aos pais	6,8	8,0	5,1
3. Ao pai	2,7	4,4	0,8
4. À mãe	10,7	8,0	13,7
5. A amigos e irmãos	31,4	29,4	34,2
6. A pais, amigos e irmãos	16,2	15,3	17,1
7. A namorado(a) e a outros	3,9	4,3	3,4
Sem resposta	3,5	3,6	3,4
Totais	100,0	100,0	100,0

Um tanto surpreendentemente, perante a valoração que fazem das suas relações com os pais, os inquiridos não têm com eles a intimidade suficiente para os tomarem como ouvintes dos seus «segredos». Amigos e irmãos ocupam esse lugar numa percentagem muito mais elevada.

Apenas a mãe conserva uma certa importância como confidente das filhas (dos filhos, apenas 8 % se lhe confiam). O pai não desempenha para os rapazes um papel equivalente ao da mãe para as raparigas, permanecendo excluído das confidências dos filhos (só 4,4 % destes fazem confidências ao pai; quanto às filhas, só 0,8 % as fazem!).

Entendimento e afecto vão, pois, de par com um real *afastamento* entre pais e filhos, no interior da família. *A intimidade entre eles é pode dizer-se que rara: a excepção.* Ao «mundo íntimo» dos seus filhos, os pais não têm geralmente acesso.

Este ponto afigura-se-nos particularmente importante, pelo que implica de *potencialidades* de uma evolução dos filhos num sentido independente e mesmo divergente do dos seus pais.

IV

OS JOVENS PERANTE A SUA FAMÍLIA FUTURA E AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS SEXOS

1. CASAMENTO E DIVÓRCIO

1.1 RELAÇÕES PRÉ-MATRIMONIAIS

Para ambos os sexos, a atitude de compromisso é a dominante nas
 respostas relativas à seguinte pergunta: «Na opinião de algumas pessoas,

uma maior liberdade sexual contribuiria para ajudar os jovens a escolher melhor o seu futuro companheiro ou companheira. Quanto a essa opinião, qual é a tua atitude?» (ver quadro n.º 21).

Respostas à pergunta: «Na opinião de algumas pessoas, uma maior liberdade sexual contribuiria para ajudar os jovens a escolher melhor o seu futuro companheiro ou companheira. Quanto a essa opinião, qual é a tua atitude?»

[QUADRO N.º 21] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Concordam	18,5	27,0	8,5
b) Discordam	20,9	15,3	27,4
c) Concordam com reservas	60,3	57,7	63,3
d) Não sabem	0,3	—	0,8
Sem resposta	—	—	—
Totais	100,0	100,0	100,0

Uma relação que inclua o intercâmbio sexual e se processe à margem do casamento é encarada *com reservas* pela maioria (60,3 %) destes jovens de 16 a 19 anos e mesmo com declarada discordância (20,9 %), sobretudo pelas raparigas (27,4 %). Entre os rapazes, no entanto, a aceitação (27 %) de uma relação desta natureza é sensivelmente superior à atitude de recusa (15,3 %).

De qualquer modo, não se pode deixar de salientar que a *grande maioria* (78,8 %), ou já se desprendeu totalmente da moral tradicional quanto a este aspecto (18,5 %), ou está aparentemente a ponto de a abandonar (60,3 %). Os que se mantêm firmemente vinculados a essa moral, recusando categoricamente «uma maior liberdade sexual», são de facto *minoria*, se bem que *minoria* importante (20,9 %), sobretudo no caso das raparigas (27,4 %).

De acordo com o quadro n.º 22, a *aceitação* de relações sexuais pré-matrimoniais tende, por outro lado, a ser maior para a camada *superior*.

Opiniões quanto a relações pré-matrimoniais, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 22] [Percentagens]

Opiniões		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes ...	Concordam	24,0	25,0	34,0
	Discordam	20,0	16,1	11,5
	Concordam com reservas ...	56,0	58,9	54,5
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas...	Concordam	2,2	8,8	21,1
	Discordam	31,1	26,7	21,1
	Concordam com reservas ...	66,7	64,5	57,8
	Totais	100,0	100,0	100,0

Neste sentido, a distância entre esta camada e a inferior é particularmente marcada na população feminina (21,1 % e 2,2 %, respectivamente). A liberdade sexual não aparece propriamente como um privilégio de classe alta, mas as camadas inferiores revelam-se, neste ponto, mais conformistas ou mais «conservadoras».

1.2 FORMA DO CASAMENTO

Interrogados acerca de «que forma de casamento pensavam fazer», os jovens deram respostas que vêm ao encontro do que se apurou no ponto anterior.

A atitude dominante é a de integração do amor no casamento, na sua forma institucional-jurídica ou religiosamente legitimada (ver quadro n.º 23).

Respostas à pergunta: «Que forma de casamento pensas fazer?»

[QUADRO N.º 23] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Religioso	44,1	40,9	47,9
b) Civil	50,7	54,0	47,0
c) Outro	3,2	5,1	0,9
d) Não sei	1,3	—	2,6
Sem resposta	0,7	—	1,6
Totais	100,0	100,0	100,0

Um pouco mais de dois quintos da população total escolhe a forma religiosa (40,9 % dos rapazes; 47,9 % das raparigas). É irrelevante, em especial no caso das raparigas, o número dos que indicam a união livre. No entanto, o casamento civil tem a preferência da maioria dos rapazes (54 %) e é tão frequentemente preferido pelas raparigas como o casamento religioso (47 %).

1.3 DIVÓRCIO

A percentagem de respostas afirmativas (ver quadro n.º 24) à pergunta: «Pensas que um dia poderias divorciar-te se a tua vida conjugal deixasse

Respostas à pergunta: «Pensas que poderias um dia divorciar-te se a tua vida conjugal deixasse de te satisfazer?»

[QUADRO N.º 24] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Sim	59,0	60,6	57,2
b) Não	9,5	6,6	12,9
c) Não sei	29,9	29,9	29,9
Sem resposta	1,6	2,9	—
Totais	100,0	100,0	100,0

de te satisfazer?», traduz uma atitude maioritária (59 %) de aceitação do divórcio, que, no entanto, não deixa de ser acompanhada por uma percentagem de *não sei* bastante elevada (praticamente, 30 %). Ora, quando as respostas «não sei» aparecem com um volume muito superior ao habitual, aumenta também o volume das ambiguidades na interpretação...

Neste caso poderá estar implicada uma atitude *transicional*, onde há uma maleabilidade já incapaz de admitir uma recusa declarada do divórcio, mas ainda insuficiente para permitir uma resposta afirmativa. No entanto, a *tendência para uma atitude generalizada de aceitação do divórcio* aparece traduzida pelo reduzido número dos que responderam *não* (9,5 %) e pela elevada frequência das respostas afirmativas. Estas, no caso das raparigas, excedem mesmo a percentagem daquelas que escolheram a forma de casamento civil ou outra forma não religiosa e vai, portanto, incluir algumas que indicaram querer fazer um casamento religioso.

O confronto das respostas a esta pergunta com as respostas referentes às perguntas sobre relações pré-matrimoniais e forma do casamento vem confirmar o que pressupúnhamos: a possibilidade de relações pré-matrimoniais ainda aparece «menos desinibidamente» aceite que a possibilidade de ruptura do matrimónio, com direito a casar outra vez.

Elaborámos uma lista que reproduz alguns dos motivos de divórcio mais frequentemente citados, quer em inquéritos que se têm debruçado sobre este tema, quer nas estatísticas demográficas. Pedimos aos inquiridos que os ordenassem segundo a importância que lhes atribuíam. A partir das respostas dadas, seleccionámos as percentagens com que cada motivo figura em primeiro lugar nas escolhas, para cada sexo (ver quadro n.º 25).

Resultados obtidos nas respostas à seguinte questão: Seguem-se algumas razões que por vezes conduzem ao divórcio. Numera-as por ordem de importância»

[QUADRO N.º 25] [Percentagens]

Motivos de divórcio	Percentagem com que cada motivo figura em primeiro lugar *	
	Rapazes	Raparigas
a) Crueldade física ou mental	21,2	33,3
b) Infidelidade do homem	5,8	14,5
c) Doença incurável	—	—
d) Desentendimento sexual	17,5	20,2
e) Infidelidade da mulher	25,8	7,7
f) Indiferença recíproca	12,4	15,4
g) Incompatibilidade de feitios	28,9	17,3

* Percentagem em relação ao total de vezes que cada motivo foi citado no conjunto dos números de ordem.

A diferença mais flagrante entre as respostas das populações masculinas e femininas verifica-se relativamente à infidelidade: *para os rapazes, a infidelidade da mulher* é a razão de divórcio mais apontada, imediatamente a seguir à *incompatibilidade de feitios;* pelo contrário, *para as raparigas,* ela é a razão menos referida (não entrando em conta com o motivo «doença incurável», que nunca figura em primeiro lugar, quer entre a população feminina, quer entre a masculina). Assim, a infidelidade da mulher aparece, em primeiro lugar, em 25,8 % dos casos para os rapazes e apenas em 7,7 % para as raparigas.

Quanto à *infidelidade do homem*, para os rapazes ela é, inversamente, a razão menos citada em primeiro lugar, sem assumir para as raparigas uma gravidade equivalente à que a infidelidade da mulher detém para os rapazes.

A população *feminina* mostra-se particularmente sensível a motivos como a *crueldade física e mental* e o *desentendimento sexual*, enquanto a população *masculina* se preocupa mais com a *incompatibilidade de feitios*, sem todavia deixar de também se mostrar sensível à crueldade física e mental e ao desentendimento sexual, embora menos que as raparigas.

A atitude perante o divórcio segundo a *posição social* dos inquiridos vem descrita no quadro n.º 26. Fazemos notar que é na camada média que

Respostas à pergunta: «Pensas que poderias um dia divorciar-te, se a tua vida conjugal deixasse de te satisfazer?»

[QUADRO N.º 26] [Percentagens]

Respostas		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes	Sim	59,0	64,2	54,3
	Não	9,0	7,3	9,2
	Não sei	32,0	28,5	36,5
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas	Sim	52,2	68,2	36,8
	Não	17,4	6,8	15,8
	Não sei	30,4	25,0	47,4
	Totais	100,0	100,0	100,0

a atitude de aceitação se revela com maior clareza e intensidade: menores percentagens de respostas evasivas («não sei») ou negativas, maiores percentagens de respostas afirmaitvas.

1.4 RIGIDEZ E COERÊNCIA DOS PADRÕES TRADICIONALMENTE DOMINANTES

Ao auscultar as opiniões e atitudes dos inquiridos relativamente a comportamentos controlados pela institucionalização de determinados padrões tradicionalmente dominantes de amor matrimonial e matrimónio indissolúvel, pareceu-nos indispensável desenvolver um esforço analítico adicional acerca da maior ou menor rigidez e coerência com que aqueles padrões se impõem aos jovens com quem contactámos.

Com esse intuito, *cruzámos*, recorrendo ao método de «redução numérica arbitrária» de categorias [15], as variáveis *atitude quanto ao divórcio*, *forma de casamento preferida* e *atitude quanto a relações pré-matrimoniais*, anteriormente examinadas em separado.

[15] Cfr. Lazarsfeld e Rosenberg, *The Language of Social Research*, The Free Press, N. J., 1965, p. 40.

Aquele método implica a atribuição de «valores de ponderação» a cada dimensão de cada variável. Consequentemente, por mero somatório de tais «valores», obtêm-se igualmente «valores ponderados» para cada uma das combinações que se podem estabelecer entre as diversas dimensões das diferentes variáveis em causa. Nos quadros A e B, em anexo, encontram-se os «valores de ponderação» que atribuímos a cada dimensão de cada uma das três variáveis consideradas, bem como os «valores ponderados» das suas várias *combinações*. Para facilidade de leitura, reunimos no quadro C, também em anexo, as percentagens com que figura cada um destes «valores ponderados».

Conforme se poderá verificar nos quadros A e B, um mesmo «valor ponderado» pode referir-se simultaneamente a distintas combinações, o que aliás constitui uma dificuldade inerente a este método de redução de categorias. Por este motivo, limitar-nos-emos a indicar seguidamente — e é de facto o que mais importa para os nossos fins — *qual a combinação dominante* para os «valores ponderados» que, no quadro C, se apresentam com percentagens mais elevadas. Evitamos, assim, multiplicar quadros com as ponderações para cada um dos casos e em cada um dos sexos.

Notemos, pois, que as percentagens mais elevadas se distribuem pelos valores ponderados 7, 6 e 5, que ocupam respectivamente o 1.º, 2.º e 3.º lugares, tanto entre as raparigas como entre os rapazes. Para esses valores predominam, para ambos os sexos:

No valor 7 (1.º lugar), a combinação: «*aceitação do divórcio + casamento civil + concordância com reservas quanto a relações pré-matrimoniais*»;
No valor 6 (2.º lugar), a combinação: «*aceitação do divórcio + casamento religioso + concordância com reservas quanto a relações pré-matrimoniais*»;
No valor 5 (3.º lugar), a combinação: «*indefinição quanto ao divórcio + casamento religioso + concordância com reservas quanto a relações pré-matrimoniais*».

Para esta última combinação aparece um contingente feminino sensivelmente superior ao masculino. Há ainda um considerável número de raparigas que escolhem a combinação: «*indefinição quanto ao divórcio + + casamento religioso + discordância quanto a relações pré-matrimoniais*» (valor 4).

Os valores extremos — num dos pólos, o valor 3: «*não aceitação do divórcio + casamento religioso + discordância quanto a relações pré-matrimoniais*»; no pólo oposto, o valor 9: «*aceitação do divórcio + união livre + concordância com relações pré-matrimoniais*» — foram os mais evitados por ambos os sexos. No entanto, nota-se uma diferença entre as percentagens desses valores extremos respeitantes aos rapazes e às raparigas. No caso dos valores mínimos (3 e 4), as percentagens são mais elevadas para estas do que para aqueles; no caso dos valores máximos (8 e 9) sucede precisamente o contrário.

Parece-nos, pois, poder concluir-se por *uma clara tendência para se reduzir a rigidez dos padrões tradicionais e, portanto, a sua coerência*, padrões que podem sintetizar-se na fórmula «amor tradicional — casamento indissolúvel». Essa tendência afirma-se *num sentido que, dando preferência ao casamento civil e admitindo o divórcio, mantém, no entanto,*

reservas quanto à prática de relações pré-matrimoniais. Como interpretar tais «reservas»? Tratar-se-á basicamente de uma «hesitação», resultante do confronto entre dois comportamentos contraditórios: um, já de facto desejado, mas ainda socialmente reprovado; o outro, já de facto não desejado, mas ainda socialmentae aprovado?

Certo é — e por aqui concluímos este ponto — que a tendência descortinada se apresenta menos firme entre as raparigas que entre os rapazes. Para aquelas, além da discordância quanto a relações pré-conjugais, a adesão ao casamento religioso e a indefinição de atitudes quanto ao divórcio contrapõem-se ainda com bastante força ao conjunto de atitudes e opiniões mais abertamente em ruptura com os padrões tradicionalmente dominantes.

2. «FEMININO-MASCULINO»

2.1 NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

Se, por um lado, a reduzida aceitação de um padrão de comportamento que envolva abertamente a prática de relações sexuais pré-matrimoniais transparece da maioria das respostas que acabámos de analisar, por outro lado, quando o convívio entre rapazes e raparigas surge expurgado de referências a intercâmbio sexual, os jovens inquiridos podem permitir-se insistir na necessidade de contactar com o «outro», para assim acederem ao seu conhecimento, «abatendo barreiras e rompendo com tabus», conforme declaram nalgumas respostas a uma das perguntas do nosso questionário (ver quadro n.º 27).

Respostas à pergunta: «O convívio com colegas do outro sexo parece-te que tem vantagens ou inconvenientes? (Justifica a resposta)»

[QUADRO N.º 27] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
1. Tem vantagens:	100,0	100,0	100,0
a) Preparação para o casamento ...	9,6	12,3	6,1
b) Desmistificação do «outro»	43,7	41,0	47,0
c) Forma de alargar as relações sociais	18,8	13,9	23,9
d) Comportamento natural	9,4	12,4	6,0
Sem justificação	18,5	20,4	17,0
2. Tem inconvenientes	0,0	0,0	0,0
Sem resposta	0,0	0,0	0,0

Como se pode ver naquele quadro, todos, tanto rapazes como raparigas, foram unânimes em afirmar, sem excepção, a conveniência de convívio entre jovens de ambos os sexos, fornecendo justificações várias que distribuímos por quatro categorias, as quais passamos a descrever, segundo a ordem de importância com que aparecem.

Em primeiro lugar, para cerca de 44 % dos inquiridos, o confronto, o contacto, a comunicação com o outro sexo aparecem como vantajosos na medida em que constituem meio de «*desmitificar (ou desmistificar) o outro*», expressão insistentemente utilizada pelos inquiridos e que, quando é explici-

tada, parece significar fundamentalmente uma necessidade de satisfazer a curiosidade sobre os companheiros do outro sexo, ainda mantidos inacessíveis e, portanto, distantes das lutas, das discussões, dos jogos e das perdas e ganhos quotidianos.

Segue-se, pelo volume de respostas, o *convívio como forma de «alargar as relações sociais»*, aliás com uma percentagem (18,8 %) bastante afastada da anterior, mas sensivelmente mais alta na população feminina (23,9 %) que na masculina (13,9 %). Nesta categoria reunimos um conjunto de razões de natureza assaz vaga e que apontam para a utilidade de aumentar o número de contactos a fim de «aprender a conhecer melhor os outros e nós mesmos», ficando a questão «vantagens do convívio com o outro sexo» diluída na questão mais ampla «vantagens do convívio com os outros». Será que estes casos implicam desconhecimento do carácter mais ou menos segregativo das práticas educativas a que estão sujeitos os jovens de cada sexo? Ou significam antes uma recusa mais ou menos inconsciente desse carácter segregativo? Ou representam, em vez disso, formas de resposta pouco meditadas em que se procura, de maneira deficiente, sugerir qualquer coisa como o que ficou explicitado nas respostas que referiram a necessidade de «desmitificação do outro»? Porque não tivemos possibilidade de confirmar qualquer destas hipóteses, reunimos tais casos numa mesma categoria, enunciada segundo os próprios termos que muitos utilizaram: convívio como forma de *alargar as relações sociais*. Insistamos em que são as respostas vindas da população feminina as que aqui mais avultam — o que pode ser *indício de uma maior alienação*, que oculta e transfigura o carácter necessariamente *sexuado* das relações entre rapazes e raparigas.

Por ordem decrescente seguem-se, finalmente, duas outras categorias, qualquer delas com percentagens significativamente mais elevadas para os rapazes que para as raparigas. A primeira indica como vantagem a *preparação para o casamento*; a segunda *recusa vigorosamente a pergunta*, interpretada ela própria como expressão de uma segregação *antinatural*. «É evidente», respondeu um jovem, «que o convívio entre os sexos só pode ter vantagens, porque é um convívio natural; donde é idiota fazer esta pergunta.»

Procurámos averiguar até que ponto esta atitude firmemente contrária à segregação entre os sexos no campo da educação se exprimiria noutros domínios, nomeadamente os da vida familiar e das actividades profissionais. Vamos atentar seguidamente na informação que obtivemos acerca destes domínios.

2.2 NO DOMÍNIO DA VIDA FAMILIAR

A este respeito, os dados reunidos nos quadros n.os 28 e 29 orientam-nos, uma vez mais, num sentido que é o de *privilegiar a aproximação/colaboração entre os sexos*. Por outro lado, esses quadros permitem-nos confrontar o que os jovens declaram quanto à forma de distribuição do poder de decisão nas suas famílias de origem (ver parte III, 2.1) com o modo como se propõem actuar nas famílias que virão a constituir.

Relativamente à *decisão* (ver quadro n.º 28) verifica-se um certo paralelismo com o que os jovens informaram acerca das suas famílias de origem, designadamente: nítida predominância da forma colaborativa de decisão (isto é, o marido e a mulher deverão decidir *em conjunto*) e escasso número de casos em que se afirma que a decisão deverá ser monopolizada por um

Atribuição do poder de decisão dentro da família *

[QUADRO N.º 28] [Percentagens]

Opiniões	Total	Rapazes	Raparigas
a) Decisão para o marido e a mulher em conjunto	61,6	60,1	66,7
b) Decisão para o marido	1,6	2,9	—
c) Decisão para a mulher	4,7	1,5	8,5
d) Decisão umas vezes para um, outras vezes para o outro	15,3	21,9	7,7
e) Decisão para pais e filhos conjuntamente	2,6	2,5	2,7
f) Não sabem quem deverá decidir	5,1	5,8	4,3
A pergunta não foi compreendida	6,7	5,3	3,1
Sem resposta	2,4	—	6,0
Totais	100,0	100,0	100,0

* Quadro elaborado a partir das perguntas 11 e 12 (ver questionário, em anexo).

dos cônjuges, o marido ou a mulher. Mas, para além do paralelismo, ressaltam diferenças significativas.

Colaboração do marido nas tarefas domésticas *

[QUADRO N.º 29] [Percentagens]

Opiniões	Total	Rapazes	Raparigas
Deve colaborar	64,9	52,5	79,5
Não deve colaborar	18,6	28,5	6,8
Não sabem	14,9	17,5	12,0
Sem resposta	1,6	1,5	1,7
Totais	100,0	100,0	100,0

* Quadro elaborado a partir das perguntas 13 e 14 (ver questionário, em anexo).

Assim, a forma *colaborativa* de decisão é notoriamente *mais preferida* pelos jovens (em especial, pelas raparigas) do que praticada nas suas famílias. Com as formas *monopolizadas* de decisão, quer em benefício do marido, quer em favor da mulher, sucede precisamente o contrário — o que não custa admitir como sintoma de *insatisfação* com estas formas por parte de um número considerável de jovens que a elas se acham submetidos.

No mesmo sentido há que interpretar, supomos, o facto de as formas *indeterminadas* («decide umas vezes um, outras vezes o outro») — as quais abrangem, no caso das famílias de origem, não menos de *um terço* do conjunto — não recolherem mais de 15 % das preferências dos inquiridos. São, porém, as raparigas que, de um modo mais patente, se revelam *insatisfeitas com a indeterminação*. De facto, *29,1* % declaram que as decisões são tomadas dessa forma pelos seus pais, mas *apenas 7,7* % — contra 21,9 % no caso dos rapazes — exprimem a opinião de que assim mesmo se deverá proceder nas suas famílias futuras. A esta forte recusa da indeterminação corresponde nas jovens a já assinalada preferência particularmente vincada pela «decisão conjunta»: *66,7* %, contra 60,1 % entre os rapazes.

A circunstância de serem as raparigas que mais abertamente se afastam do padrão de decisão *indeterminada*, que, no entanto, muitas das suas famílias praticam, não será explicável por ser precisamente em relação a elas que tal padrão mais desvantagens e eventuais ansiedades acarreta? Com efeito, a indeterminação do detentor do poder de decidir, conjugada com um menor grau de definição — isto é, de certeza e solidez — das normas socialmente aprovadas para os comportamentos juvenis femininos, pode, na verdade, ter por efeito sujeitar as jovens, mais que os rapazes, a sucessivas decisões contraditórias ou, pelo menos, a decisões não informadas por critérios uniformes e previsíveis. Teríamos, em suma, de supor — e não se afigura ilegítimo supô-lo — *uma situação de «anomia»* mais acentuada em relação às raparigas do que aos rapazes e reflectida nas decisões dos seus pais, também eles menos seguros e mais instáveis, quanto a normas, valores e critérios a aplicar, em relação às filhas do que em relação aos filhos. Esta hipótese explicaria — ou ajudaria a explicar — porque é que os rapazes recusam menos no presente e sobretudo preferem em muito maior número para o futuro o padrão de decisões «umas vezes um, outras vezes o outro».

Aparecem ainda algumas respostas que assinalam a necessidade de incluir os filhos na tomada de decisões. São as que, no quadro n.º 28, se encontram referidas na alínea «decisão para pais e filhos conjuntamente». Andaremos longe da verdade interpretando-as sobretudo como mais uma expressão de insatisfação quanto ao modo como, nas famílias de origem dos jovens inquiridos, as decisões são tomadas?

O quadro n.º 29 refere-se à *colaboração do homem nas tarefas domésticas*, procedimento que os jovens apontaram como relativamente pouco frequente (29,2 % de «sim», contra uns pesados 67,3 % de «não») nas famílias de origem e que, nas suas opiniões acerca das famílias que virão a formar, aparece maioritário («deve colaborar»: *64,9 %*). Contudo, são especialmente as respostas femininas que referem tal colaboração («deve colaborar»: *79,5 %*). As afirmativas masculinas não vão além de *52,5 %* e são acompanhadas de *28,5 %* de recusas francas e de 17,5 % de «não sei», que, pelo menos em grande parte, poderemos ler como «recusas hesitantes» ou «disfarçadas» e que, de qualquer modo, traduzem uma atitude de fraca disposição para assumir participação nas tarefas em causa. Não deixa de ser curioso registar que também um contingente feminino apreciável (12 %) respondeu «não sei»... acaso porque, tal como os 6,8 % de rapazes que, sem rebuço, responderam que o marido «não deve colaborar», continuem mais ou menos secretamente convictas de que limpar pratos, aspirar o pó ou mudar fraldas não são, bem vistas as coisas, tarefas *para homens* — fenómeno de interiorização feminina da ideologia «machista».

2.3 NO DOMÍNIO DA VIDA PROFISSIONAL

a) Abordámos estoutro domínio pelo problema da escolha da profissão. Tendo perguntado: «Escolherias a mesma profissão se fosses do outro sexo?», obtivemos as respostas que se podem ler no quadro n.º 30. Pode obervar-se que *cerca de 60 %* das respostas são de natureza segregativa («não»: 22,1 %) ou evasiva («não sei»: 37,1 %) [16].

[16] Ver as perguntas 34 e 28 no questionário, em anexo.
[17] *Id.*

Respostas à pergunta: «Escolherias a mesma profissão se fosses do outro sexo?»

[QUADRO N.º 30] [Percentagens]

Respostas	Total	Rapazes	Raparigas
a) Sim	40,1	33,6	47,9
b) Não	22,1	20,4	23,9
c) Não sei	37,1	45,3	27,4
Sem resposta	0,7	0,7	0,8
Totais	100,0	100,0	100,0

A propósito do elevado contingente de respostas evasivas, é importante acrescentar que, se, para esta pergunta, as percentagens de «não sei» foram de *45,3 %* para os rapazes e *27,4 %* para as raparigas, quando perguntámos: «Que profissão desejas exercer?» [17], as respostas «não sei» foram apenas, respectivamente, de *4,3 %* e *5,1 %*. Isto mostra que aquele grande peso das respostas evasivas não tem que ver com qualquer indeterminação dos jovens quanto às suas preferências profissionais — indeterminação que precisamente é rara entre os inquiridos —, mas com a problemática das relações entre os sexos na vida adulta profissional, tal como elas se configuram na mente dos jovens com quem contactámos.

Neste sentido, importa sublinhar um nítido contraste entre rapazes e raparigas. Dos primeiros, apenas a terça parte (33,6 %) declara que escolheria a mesma profissão se fosse do outro sexo — só portanto uma minoria denega frontalmente a discriminação das profissões em «masculinas» e «femininas»; um quinto (20,4 %) pronuncia-se abertamente por essa discriminação; os restantes (45,3 %), que são, só por si, mais numerosos que as duas categorias anteriores adicionadas, respondem com um «não sei», em que não se pode deixar de ler, pelo menos, uma grande dúvida sobre se, de facto, as mulheres poderão ou deverão ser admitidas nas mesmas profissões que os homens...

A composição das respostas das jovens é sensivelmente diferente. Decerto, quase a quarta parte (23,9 %) responde «não», ecoando as atitudes discriminatórias masculinas. Mas, em compensação, os «não sei» são muito menos numerosos (27,4 %, contra 45,1 % entre os rapazes); e sobretudo somam quase 48 %, isto é, rondam por metade do total, as que dizem «afoitamente» que a profissão que preferem a prefeririam igualmente caso fossem rapazes.

Divididos, pois, nos surgem os jovens de ambos os sexos; mas os rapazes mostram-se mais influenciados ainda pelas discriminações tradicionais entre profissões «para mulheres» e as raparigas mais reactivas a essas discriminações, mais determinadas a superá-las, excepto uma minoria importante (cerca da quarta parte, como vimos), que aparentemente as conserva perfeitamente «interiorizadas». Jovens em mudança, numa sociedade em mudança — mas onde o mudar aparentemente se mostra, neste caso, mais rápido e menos indeciso precisamente no sector sexual, que ideologias conservadoras concebem como o pólo essencialmente passivo da vida social. Teremos, porém, ocasião de voltar a este ponto na parte final do artigo.

b) O quadro n.º 31 permite-nos examinar as variações, em função das camadas sociais e por sexos, das atitudes sexualmente discriminatórias em relação às profissões. Consideremos separadamente os rapazes e as raparigas.

Respostas à pergunta: «Escolherias a mesma profissão se fosses do outro sexo?», segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 31] [Percentagens]

Respostas		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes ...	Escolheria outra profissão ...	19,2	29,1	12,2
	Escolheria a mesma profissão	38,5	21,8	42,9
	Não sei	42,3	49,1	44,9
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas...	Escolheria outra profissão ...	19,6	22,9	31,6
	Escolheria a mesma profissão	45,6	45,8	63,2
	Não sei	34,8	31,3	5,2
	Totais	100,0	100,0	100,0

Nos rapazes, as atitudes *antidiscriminatórias* são mais frequentes nas duas camadas extremas, com vantagem para a *superior* (42,9 %, na camada superior, respondem que, se pertencessem ao outro sexo, as suas escolhas profissionais não se alterariam; na camada inferior, 38,5 % dão a mesma resposta). Todavia, as respostas claramente *discriminatórias,* adicionadas aos também discriminatórios «não sei», são *maioritárias:* 57,1 % na camada *superior* e 61,5 % na camada *inferior.* A discriminação prevalece com grande força na camada *média:* 78,2 %, ou seja, 29,1 % + 49,1 %. Ordenando estes resultados, temos portanto: primeiro, a camada *média* (a mais discriminatória); depois, a camada *inferior*; por fim, a camada *superior* (a menos discriminatória). Esta ordenação é difícil de interpretar, ainda que o próprio carácter das profissões (universitárias) a que os jovens da camada superior têm mais frequentemente acesso permita compreender que sejam eles os menos discriminatórios (sem contudo deixarem de, na sua maioria, o ser).

Nas raparigas, e no que toca às atitudes francamente *antidiscriminatórias* (muito mais frequentes que entre os rapazes, em *todas* as camadas), a camada *superior* destaca-se nitidamente das outras duas: *63,2* % respondem que fariam a mesma escolha profissional caso pertencessem ao outro sexo, contra 45,8 % e 45,6 %, respectivamente, nas camadas média e inferior. Naquela, as respostas abertamente *discriminatórias,* somadas aos «não sei», são *minoritárias* (36,8 %), ao passo que nestas últimas são *maioritárias* (54,2 % na camada média e 54,4 % na camada inferior). Na camada *superior* prevalece, por conseguinte, uma atitude directamente *antidiscriminatória* (que inclusivamente quase exclui as respostas evasivas), ao passo que nas outras duas camadas prevalecem, se bem que de forma atenuada em relação ao que se verifica nos rapazes, as atitudes *discriminatórias* (com

importantes contingentes de respostas evasivas). Não é de afastar a hipótese de que a antidiscriminação característica da camada superior feminina constitua um outro factor de explicação, a acrescentar ao acima referido, das atitudes menos discriminatórias dos rapazes dessa mesma camada.

c) Pareceu-nos também de interesse verificar como variam, de acordo com as camadas sociais, os tipos de profissão que os inquiridos de um e outro sexo escolhem para si, respondendo à pergunta: «Que profissão gostavas de exercer?»

Os tipos de profissão que distinguimos de acordo com as respostas obtidas foram os seguintes:

1. Profissões que exigem curso universitário (por exemplo, engenheiro, advogado, médico, etc.);
2. Profissões de natureza artística (por exemplo, decorador, músico, cantor, actor de cinema, pintor, etc.);
3. Profissões de natureza técnica ou administrativa (por exemplo, chefe de empresa, secretária de direcção, radiotelegrafista, etc.);
4. Profissões «femininas», unicamente citadas pelas raparigas e nalguns casos inexistentes para homens (por exemplo, educadora de infância, hospedeira de ar, assistente social, etc.);
5. Profissões «masculinas», praticamente só indicadas pelos rapazes e nalguns casos inexistentes para mulheres (por exemplo, piloto comercial, oficial da marinha, juiz, etc.) [18].

Pelo quadro n.º 32 verificamos que as profissões do *tipo 1* (universitárias) são as mais escolhidas, qualquer que seja a posição social ou o sexo

Tipos de profissões escolhidos, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 32] [Percentagens]

Tipos de profissões escolhidos		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes	Tipo 1	85,7	75,0	75,5
	Tipo 2	4,7	7,7	6,1
	Tipo 3	—	11,6	8,2
	Tipo 4	—	—	—
	Tipo 5	9,6	5,7	10,2
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas	Tipo 1	61,9	58,2	52,7
	Tipo 2	9,5	2,3	15,7
	Tipo 3	23,8	23,3	21,1
	Tipo 4	4,8	13,9	10,5
	Tipo 5	—	2,3	—
	Totais	100,0	100,0	100,0

[18] Entre os que escolheram o *tipo 5* e indicaram *outra profissão* na pergunta 34, só um reduzido número refere, como causa dessa discriminação, uma condição exterior à sua vontade: a inexistência, para o outro sexo, da profissão escolhida.

dos jovens, acentuando-se essa escolha sobremaneira nos rapazes da camada inferior, provavelmente os mais sensíveis à promoção social a que podem ter acesso através dos estudos universitários e também os mais «filtrados» em direcção a essas profissões pelas suas própria famílias.

O *tipo 2* (profissões artísticas) foi raramente escolhido, com excepção das raparigas da camada superior. Decoradora, por exemplo, é uma profissão frequentemente indicada por estas, parecendo ser considerada «elegante».

A atracção pelas profissões que reunimos no *tipo 3* (técnicas ou administrativas) fez-se sentir muito mais na população feminina que na masculina. Independentemente da sua posição social, são numerosas as inquiridas que desejam ser secretárias ou tradutoras. Os rapazes que escolhem este tipo de profissões referem-se, na maior parte dos casos, à posição de «chefe de empresa».

O *tipo 4* (profissões «femininas») não interessou praticamente às inquiridas da camada inferior, embora nas outras duas camadas figure com percentagens de um certo peso. *Nenhum rapaz escolheu qualquer profissão deste tipo.*

As profissões do *tipo 5* («masculinas») interessaram menos os rapazes da camada média que os das outras duas camadas, os quais as preferiram em número apreciável. No entanto, foram da camada média as poucas raparigas que as escolheram.

d) Nas escolhas dos *tipos 3, 4* e *5* manifestam-se sinais de uma discriminação por sexos que vem ao encontro do que anteriormente expusemos. Ainda neste sentido, é interessante, a título exemplificativo, confrontar algumas respostas dadas à pergunta «Que profissão gostavas de exercer?» com as correspondentes respostas à pergunta «Escolherias a mesma profissão se fosses do outro sexo?». Assim, temos, por exemplo:

Gostaria de exercer a profissão de:	*Se fosse do outro sexo, escolheria:*
PARA A POPULAÇÃO MASCULINA	
Diplomata	Assistente social
Corredor de automóveis	Decoradora
Piloto de aviação	Assistente social
Engenheiro de máquinas	Educadora infantil
Psiquiatra	Enfermeira
Engenheiro civil	Tradutora
PARA A POPULAÇÃO FEMININA	
Hospedeira	Médico
Secretária	Engenheiro
Explicadora	Arquitecto
Enfermeira	Jogador de futebol

2.4 ATITUDES E IDEOLOGIAS ACERCA DO PROBLEMA DA IGUALDADE OU DESIGUALDADE DOS SEXOS

a) As discriminações com base no sexo — tal como as discriminações raciais ou as discriminações com base na classe social — procuram sempre «justificar-se» por meio de «racionalizações» ideológicas cujo traço comum é o de afirmarem e «demonstrarem» a *inferioridade intrínseca* do grupo

discriminado, isto é, do grupo *socialmente inferiorizado* pela discriminação real de que é objecto. Assim, têm as mulheres sido tradicionalmente consideradas em numerosas civilizações, incluindo aquela a que pertencemos, como «inferiores aos homens».

No nosso inquérito pusemos a questão de forma *directa*, nos seguintes termos: «Comparando as qualidades intelectuais dos homens e das mulheres, estas parecem-te menos dotadas do que aqueles? Porquê?» Também a pusemos de uma forma *indirecta*, que adiante examinaremos. As respostas obtidas àquela pergunta são as que constam do quadro n.º 33.

Respostas à pergunta: «Comparando as qualidades intelectuais dos homens e das mulheres, estas parecem-te menos dotadas do que aqueles? Porquê?»

[QUADRO N.º 33] [Percentagens]

Respostas	Total		Rapazes		Raparigas	
1. Sim:						
a) Inferioridade de ordem psicofisiológica	8,3		11,6		4,3	
b) Inferioridade historicamente verificável	2,7	12,6	4,4	19,0	0,8	5,1
c) Inferioridade cientificamente comprovada	0,8		1,5		—	
Sem justificação	0,8		1,5		—	
2. Não:						
a) Igualdade verificável na prática quotidiana	37,8		35,8		40,1	
b) Diferenças ao nível de indivíduo, não de sexo	11,4		8,8		14,6	
c) Diferenças atribuíveis ao condicionamento social	10,6	72,8	10,2	61,3	11,1	86,4
d) Diferenças com valorização para a mulher	6,3		2,9		10,3	
Sem justificação	6,7		3,6		10,3	
3. Não sei	—		—		—	
Sem resposta	14,6		19,7		8,5	
Totais	100,0		100,0		100,0	

Entre as raparigas, 5,1 % declararam abertamente que as mulheres são intelectualmente inferiores aos homens e 8,5 % não responderam, o que se pode bem interpretar como significando, pelo menos, dúvida quanto a as mulheres serem tão dotadas intelectualmente quanto os homens. Assim, não é de modo algum despicienda a percentagem *(13,6 %)* das jovens que se mostraram convictas da inferioridade intelectual feminina ou, ao menos, pouco seguras de que tal inferioridade não se verifique de facto. Resta que *86,4 %* — pesada maioria — negaram que as mulheres sejam inferiores aos homens. No entanto, destas, *10,3 %* não souberam apresentar qualquer justificação para a sua resposta e *11,1 %* admitiram uma inferioridade, mas atribuindo-a a condicionamentos sociais e não a características intrínsecas das mulheres. Em contrapartida, *10,3 %* entenderam que as mulheres são superiores aos homens (veremos adiante porquê), o que pode entender-se

como manifestando uma atitude, bem conhecida dos psicólogos, de «sobrecompensação» de uma *situação* de inferioridade realmente sentida.

Deste modo, cremos que as respostas dadas pelas raparigas se podem classificar basicamente em três grupos (excluindo apenas as que deram a resposta «não, 4»):

13,6 % (respostas «sim» + «sem resposta») acreditam, ou parecem, pelo menos em parte, inclinadas a acreditar, que as mulheres são *intrinsecamente* inferiores aos homens;

21,4 % (respostas «não, 3) + «não, sem justificação») reconhecem, ou parecem, pelo menos em parte, inclinadas a reconhecer, que as mulheres são *socialmente*, mas não intrinsecamente, inferiores aos homens, isto é, que a sua *situação* na sociedade é de inferioridade, mas que tal situação não é devida a uma diferença de natureza;

54,7 % (respostas «não, 1» + «não, 2») alegam que a própria experiência social demonstra que as mulheres possuem qualidades intelectuais idênticas às dos homens.

Foram muito mais numerosos os rapazes a dizer sem reservas que as mulheres são intelectualmente inferiores aos homens *(19 %)* ou a não responder *(19,7 %)*, atitude que, a nosso ver, pode ser interpretada nos mesmos termos que a abstenção feminina de resposta. Em compensação, foram muito menos numerosos, mas, ainda assim, amplament maioritários *(61,3 %)*, os que recusaram uma superioridade masculina em relação às mulheres. Destes, somente *3,6 %* não souberam expor qualquer argumento justificativo da sua resposta e *10,2 %* reconheceram uma inferioridade feminina determinada apenas por factores sociais. Uma pequena minoria *(2,9 %)* sobrevalorizou as mulheres em relação aos homens, resposta que, tal como no caso das raparigas, mas por motivos diferentes — porventura a necessidade de «sobrenegar» ideologicamente a consciência de uma situação feminina de inferioridade factual —, nos parece implicar precisamente a consciência mistificada de tal situação.

Desta forma, supomos legítimo proceder, no caso dos rapazes, a agrupamentos de respostas idênticos àqueles que efectuámos no caso das raparigas. Assim,

38,7 % (respostas «sim» + «sem resposta»), ou seja, *quase dois quintos* do total, afirmam categoricamente, ou parecem, pelo menos em parte, predispostos a afirmar, que as mulheres são, em si mesmas, inferiores aos homens;

13,8 % (respostas «não, 3» + «não, sem justificação») entendem, ou parecem, pelo menos em parte, predispostos a entender, que as mulheres sofrem uma inferioridade *social*, não sendo, porém, em si próprias inferiores;

44,6 % (resposta «não, 1» + «não, 2») aceitam que a prática social comprova a igualdade dos dois sexos.

Agrupadas desta forma, as respostas masculinas e as femininas revelam estruturas significativamente diversas: 1.º a tendência para afirmar a intrínseca inferioridade das mulheres é provavelmente cerca de *três vezes mais forte entre os rapazes* que entre as raparigas; 2.º a tendência para atribuir

a factores sociais, e não à «natureza feminina», as inferioridades de facto das mulheres na sociedade é *sensivelmente mais acentuada entre as raparigas* que entre os rapazes; 3.º *são maioritárias as raparigas*, ao passo que *minoritários os rapazes*, que consideram a experiência social demonstrativa da igualdade intrínseca entre os sexos.

Depara-se-nos assim um panorama que difere bastante do de uma unanimidade de opiniões entre os dois sexos no sentido de recusar preconceitos expressos em racionalizações antifeministas. E ainda há que admitir que provavelmente muitos rapazes e raparigas se sentiram no «dever» de exprimir tal recusa nas suas respostas ao nosso inquérito...

b) Valerá a pena percorrer rapidamente os argumentos mais utilizados para justificar as atitudes que acabámos de, esquematicamente, referir.

Para as respostas não antifeministas, as justificações mais frequentes exprimem-se através de termos como estes: «as mulheres desempenham, hoje em dia, as mesmas funções que os homens e desempenham-nas com a mesma competência» — argumento da *igualdade verificável na prática quotidiana*. Noutros casos admitem-se diferenças que, no entanto, não são tidas como sinais de menor capacidade, mas atribuídas a *distintas capacidades individuais:* «há homens mais ou menos dotados do que outros, assim como há mulheres mais ou menos dotadas em relação às outras ou em relação a outros homens»; são sobretudo as respostas femininas as que avançam este tipo de justificação. As diferenças são ainda atribuídas, praticamente pela mesma percentagem de rapazes e raparigas, a *exigências e pressões sociais* que, desde a «segregação na educação infantil» até à «desigualdade de expectativas de comportamento adulto, conforme se trate de um homem ou de uma mulher», «deixam a sua marca no desenvolvimento das capacidades intelectuais», fazendo que as mulheres «apareçam como menos capazes de iniciativa e de raciocínio abstracto». As respostas que inverteram os termos da questão, admitindo diferenças entre as qualidades intelectuais de homens e mulheres, mas com privilégio para estas, alegaram o facto de elas «serem dotadas de maior capacidade de *imaginação, sentimento* e *intuição*».

Para os que consideraram as mulheres intelectualmente menos dotadas do que os homens (relembramos que as respostas desta ordem são predominantemente masculinas), a razão dessa inferioridade assenta principalmente em «*características naturais*» *de ordem psicofisiológica*. Também aparece «comprovada» através do «apagado papel da mulher na criação artística e cultural através dos tempos». Outra «prova» de inferioridade, esta fornecida apenas por um reduzido número de rapazes, é constituída por argumentos do género: «a mulher tem menor capacidade craniana», «está cientificamente provado que o cérebro da mulher está menos desenvolvido», etc.

2.5 «RAPAZ OU RAPARIGA?»

a) Conforme antes dissemos, também de forma *indirecta* procurámos captar elementos ideológicos associados ao problema da igualdade/desigualdade entre os sexos. Fizemo-lo incluindo no questionário do nosso inquérito a seguinte questão: «No caso de vires a ter um só filho, preferias: *a*) um rapaz; *b*) uma rapariga; *c*) sem preferência. Justifica a resposta.»

Os resultados obtidos (ver quadro n.º 34) patenteiam uma nítida *sobre-*
 valorização do homem, tanto entre os rapazes como entre as raparigas, se

Respostas à pergunta: «No caso de vires a ter só um filho, o que preferias?»

[QUADRO N.º 34] [Percentagens]

Preferências	Total	Rapazes	Raparigas
a) Um rapaz	46,9	55,5	36,8
b) Uma rapariga	10,2	6,6	13,7
c) Sem preferência	42,1	37,9	47,8
Sem resposta	0,8	—	1,7
Totais	100,0	100,0	100,0

bem que especialmente pronunciada naqueles. De facto, apenas *6,6 %* dos rapazes e *13,7 %* das raparigas preferiram uma filha, enquanto o filho varão recolheu *55,5 %* dos sufrágios masculinos e *36,8 %* dos femininos. Percentagens elevadas, tanto na população masculina *(37,9 %)* como na feminina *(47,8 %)*, responderam todavia não terem preferência por filho ou filha. Se as levarmos em conta adicionando-as às anteriores, poderemos dizer que *93,4 %* (= 55,5 % + 37,9 %) dos rapazes ficariam satisfeitos com um filho varão, enquanto somente *44,5 %* (= 6,6 % + 37,9 %) se satisfariam com uma filha; no caso das raparigas, as percentagens correspondentes seriam de *84,6 %* (= 36,8 % + 47,8 %) para um filho e de *61,5 %* (= 13,7 % + 47,8 %) para uma filha. A implícita discriminação sexual, a favor *do homem*, é evidente.

b) As justificações dadas para a preferência por rapaz ou rapariga «racionalizam» explicitamente a discriminação (ver quadro n.º 35) [19]. A população *masculina* que *prefere rapaz* concentra a maior percentagem de respostas no argumento *facilidade de educação:* «a educação dos rapazes dá menos preocupações»; «as raparigas levantam mais problemas.» Cremos

Justificações para a preferência de sexo de um filho único, segundo o sexo dos inquiridos

[QUADRO N.º 35] [Percentagens]

Justificações	Rapazes		Raparigas	
	Preferem rapaz	Preferem rapariga	Preferem rapaz	Preferem rapariga
1. Identificação	29,5	—	—	16,9
2. Conservação do nome da família	10,5	—	3,4	—
3. Facilidade de educação	31,8	—	32,2	—
4. Simpatia	5,9	5,9	33,9	3,4
5. Amparo para os pais	—	—	—	6,8
Sem justificação	11,7	4,7	3,4	—
Total	89,4	10,6	72,9	27,1

[19] As justificações para a escolha da alínea *c*), *sem preferência,* exprimem-se apenas nos seguintes termos: «é inútil fazer escolhas quando o resultado é completamente independente da vontade»; «os pais estão ligados aos filhos por laços de afecto a que o sexo é indiferente.»

que tais respostas se limitam a reproduzir um «discurso familiar», onde essas dificuldades e preocupações se referem geralmente, embora nem sempre de forma clara, a problemas ligados à educação moral/sexual fulcrados na responsabilidade pela preservação da virgindade feminina. De qualquer modo, estamos perante um conjunto de respostas onde estão implicados dois modos de educação diferenciados segundo o sexo e onde fica expressa uma opção pelo modo que é, supostamente, o de mais fácil aplicação: o da educação do rapaz, «que exige menores cuidados».

Na população *feminina* inquirida, este argumento e o da *simpatia* concentram dois terços das respostas e fornecem-nos o esboço tosco de um estereótipo masculino em que o rapaz, não só «cresce de modo mais descuidoso», mas também se caracteriza por uma maior simpatia e vivacidade: «os rapazes são mais vivos e mais simpáticos»; «têm mais piada»; «são muito mais mexidos e brincalhões.» Este mesmo argumento *(simpatia)*, para os poucos rapazes que *preferiram rapariga*, verte-se numa terminologia diferente, que parece de sublinhar: «as raparigas são mais graciosas»; «sabem agradar»; «atraem mais e têm melhor feitio»... Em suma: os rapazes são simpáticos porque activos, empreendedores; as raparigas são simpáticas porque passivas, acolhedoras.

Por ordem decrescente de percentagens, segue-se o argumento *identificação*, em que os inquiridos de ambos os sexos declaram preferir um filho do seu próprio sexo, devido a ser-lhes assim mais fácil «compreender os seus problemas» [20] e orientá-lo de acordo com os conhecimentos adquiridos através das suas próprias experiências passadas, para que o filho ou filha possa realizar o que eles porventura não atingiram.

A justificação da preferência por rapaz em termos de garantia de *prolongamento do nome da família* detém igualmente um certo peso entre a população masculina e, embora com percentagem mais reduzida, também é invocada pelas inquiridas que escolheram filho varão.

Finalmente, o argumento *amparo para os pais* só aparece entre a população feminina que manifestou preferência por uma filha. Trata-se de uma justificação que retém uma das atribuições da mulher na família dita tradicional, onde era fundamentalmente ela quem devia cuidar dos velhos pais. Esta atribuição, que a profissionalização da mulher cada vez mais impede, ao ser invocada por jovens que se referem às suas futuras filhas, de novo nos leva a pensar que os argumentos utilizados pelos jovens são frequentemente retomados de um «discurso do passado» ouvido aos pais e automaticamente reproduzido quando o jovem se encontra perante problemas ainda por ele mesmo não vividos ou pensados. Isto acontece principalmente quando as questões lhes são formuladas em termos que apelam para uma resposta *espontânea* — «questões-armadilha» que não os estimulam a recorrer, para «racionalizar» as suas respostas, a outro discurso (filosófico-literário-político) de que alguns souberam apropriar-se para o contrapor ao discurso familiar. Em muitos casos, porém, aquele é insuficiente para permitir o exercício com continuidade de uma função crítica capaz de impedir os jovens de ficarem inadvertidamente aprisionados numa rede de factores afectivos, emocionais.

[20] Confrontar com o que se apurou na parte IV, 2.1, quanto ao desconhecimento de um sexo em relação ao outro.

c) Acaso a discriminação sexual a favor do homem varia de intensidade com as camadas sociais? O quadro n.º 36 responde a esta interrogação, revelando, tanto entre os rapazes como entre as raparigas, *uma atitude*

Preferências de sexo, no caso de filho único, segundo a posição social e por sexos

[QUADRO N.º 36] [Percentagens]

Preferências		Posições sociais		
		Inferior	Média	Superior
Rapazes ...	Preferem rapazes	50,0	53,7	62,5
	Preferem raparigas	3,9	7,5	5,3
	Sem preferência	46,1	38,8	32,2
	Totais	100,0	100,0	100,0
Raparigas...	Preferem rapazes	34,1	31,1	52,6
	Preferem raparigas	14,9	20,1	5,3
	Sem preferência	51,0	48,8	42,1
	Totais	100,0	100,0	100,0

colectiva notavelmente mais discriminatória na camada superior. Mas nas outras camadas também é a discriminação que prevalece. Simplesmente, o seu predomínio é aí menor.

Lendo os números de outro modo: se levarmos em conta, como atrás fizemos, as percentagens dos que declararam ser-lhes indiferente ter um filho ou uma filha, poderemos concluir que na camada *inferior* ficariam satisfeitos com ter um filho *96,1 %* dos rapazes e *85,1 %* das raparigas; mas só *50 %* dos rapazes e *65,9 %* das raparigas se satisfariam com ter uma filha. Na camada *média*, as correspondentes percentagens seriam, respectivamente, de *92,5 %* e *79,9 %* para o filho do sexo masculino e de *46,3 %* e *68,9 %* para o filho do sexo feminino. Finalmente, na camada superior ter-se-iam *91,7 %* e *94,7 %* para o filho rapaz e apenas *37,5 %* (menos de dois quintos) e *47,4 %* (menos de metade) para o filho rapariga.

Não se pode deixar de ficar impressionado com o facto de *mais de metade* das jovens da camada mais alta declararem implicitamente que ficariam decepcionadas se, vindo a ter um só filho, ele fosse do mesmo sexo que elas. Trata-se, afinal, de uma forma de exprimirem, sem de tal se darem conta, *uma discriminação contra si mesmas enquanto mulheres* — mais uma vez, «interiorização» do preconceito do sexo oposto.

d) Não deixemos, contudo, de assinalar a aparente contradição entre este resultado e o que anteriormente apurámos, aquando da análise das variações, entre as camadas sociais, das atitudes de discriminação sexual no que respeita às profissões. Aí, a maior parte das jovens da camada superior declararam galhardamente que, se porventura pertencessem ao outro sexo, nem por isso as suas profissões desejadas deixariam de ser as mesmas. Aqui, quase se poderá pensar que a maioria das raparigas confessam — ou, melhor, deixam inadvertidamente transparecer — que prefeririam ser ... rapazes, manifestando assim um oculto menosprezo pelo seu próprio sexo. Cremos, no entanto, que este último resultado, em lugar de contradizer o anterior, lhe clarifica o sentido.

A pergunta «Escolherias a mesma profissão se fosses de outro sexo?» faz apelo ao *discurso da consciência ideológica* do inquirido: este responde como é solicitado a responder, isto é, de acordo com a *imagem* que *conscientemente* tem e quer ter e transmitir acerca de si mesmo. Se é rapariga e pretende *mostrar* que, como mulher, se julga ou sente igual aos homens, responde «sim», pois que se apercebe de que responder «não» significaria negar tal igualdade. Ao proceder assim, não mente necessariamente, nem decerto por via de regra, porquanto, *ao nível da consciência ideológica*, ela só por excepção — como antes vimos — admite a inferioridade das mulheres perante os homens.

Pelo contrário, a pergunta «No caso de vires a ter um só filho, preferias um rapaz ou uma rapariga?» dirige-se, não à consciência ideológica, mas *aos níveis inconscientes da ideologia interiorizada*, nos quais directamente toca. Requer, portanto, e suscita respostas incomparavelmente *mais espontâneas* — e, em certo sentido, *mais verídicas*, porque menos filtradas por uma consciência alertada e vigilante —, vindas dos estratos ideológicos subjacentes a essa mesma consciência, e que só *a posteriori* se racionalizam (como aliás tivemos ocasião de verificar) mediante «justificações» de vária ordem. Sem dúvida que, nestas, o discurso ideológico de novo recupera o seu lugar, mas apenas para sancionar declarações feitas à margem do seu *contrôle* e através das quais directamente se exprimem *os «valores» mais penetrantemente interiorizados* naqueles a quem a pergunta é endereçada. Se se trata de raparigas e, na sua maioria, respondem que, em caso de filho único, o desejariam rapaz, o que dessa forma elas dizem é, pois, a sua «alienação» mais profunda.

Não há contradição, por conseguinte, posto que os dois resultados aparentemente contraditórios *se situam de facto em níveis distintos*. Mas o segundo permite compreender melhor em que nível se localiza o primeiro — e por isso mesmo lhe clarifica o sentido. Sentido que é o de produto de um processo ideológico de *denegação imaginária da «alienação»*, e não, como pareceria, o da vivência de uma conseguida e efectiva «desalienação».

CONCLUSÃO

Parece-nos desnecessário, a concluir, apresentar uma listagem dos resultados que, ao longo da análise efectuada, fomos enunciando. O leitor interessado depressa os reencontrará percorrendo as sucessivas divisões e subdivisões em que organizámos o nosso texto.

Como dissemos no final da parte I, não quisemos mais que fornecer um contributo para futuros estudos mais alargados e representativos, onde se tenham resolvido as dificuldades e limitações que, neste trabalho, não nos foi possível superar. Mas seria útil que efectivamente se realizassem no nosso país novas e mais amplas investigações sobre esta temática, de que nos ocupámos antes dos acontecimentos de 25 de Abril de 1974? Não é porventura muito mais necessário prestar atenção a outros problemas, que se apresentam actualmente em Portugal com grande e visível acuidade, e dedicar-lhes todo o esforço possível de pesquisa?

Evidentemente que há que ponderar a importância prática relativa das várias problemáticas que podem ser objecto de investigações sociológicas e estabelecer prioridades. Não nos parece, no entanto, de excluir a pesquisa do que respeita às estruturas e relações familiares, à situação social das

mulheres, às relações sociais entre os sexos, à própria vida sexual e a todas *as ideologias* que recobrem estes vários domínios interligados da vida social e individual.

Wilhelm Reich fez precisamente ressaltar, em *A Psicologia de Massa do Fascismo*, toda a importância das ideologias na vida política e social como «potências materiais» *conservadoras*.

«A ideologia de uma formação social tem por função», notou, «não somente reflectir o processo económico, mas também *enraizá-lo nas estruturas psíquicas dos homens que a constituem*. É duplamente que os homens são tributários das suas condições de existência: dependem deles directamente, pelas suas incidências económicas e sociais, e indirectamente, por intermédio da estrutura ideológica da sociedade. [...] Como uma ideologia social altera a estrutura psíquica dos homens, ela não se limita a reproduzir-se nesses homens: o que é mais importante é que assume — nos homens por ela concretamente modificados e que actuam de uma forma transformada e contraditória determinada pela própria ideologia — *o carácter de uma força activa, duma potência material*. É assim, e somente assim, que se explica o 'efeito de retorno' da ideologia sobre a base económica de onde surgiu.» E W. Reich acrescenta que, devido a o modo de transformação das ideologias ser lento e ter por isso «um carácter conservador», frequentemente elas «entram em conflito com as formas de vida ulteriores. É essa a essência do que se chama tradição, isto é, da oposição entre uma situação social antiga e uma situação social nova» [21].

Numa altura em que se pretende criar em Portugal uma «situação social nova», não julgamos de somenos importância o estudo objectivo e aprofundado das ideologias (e não somente daquelas que aqui focámos) que de algum modo significam a presença de uma «situação social antiga» e que podem actuar como «potências materiais de conservação».

[21] Cfr. Wilhelm Reich, *La psychologie de Masse du Fascisme*, trad. do alemão, Paris, Payot, 1972, pp. 40-41.

Anexo I

Indefinição quanto ao divórcio (2)

[QUADRO A] [Valores de ponderação]

Forma de casamento	Atitude quanto a relações pré-matrimoniais		
	Concorda (3)	Concorda com reservas (2)	Discorda (1)
Religioso (1)	(6)	(5)	(4)
Civil (2)	(7)	(6)	(5)
Outro (3)	(8)	(7)	(6)

Obs. — Apenas 5 casos respondem declaradamente *não* à pergunta: «Pensas que poderias um dia divorciar-te se a tua vida conjugal deixasse de te satisfazer?» Assim, ponderaram-se com (2) as respostas evasivas. Aqueles 5 casos ponderaram-se com (1) e a percentagem das combinações de valor (3) a que deram lugar aparece na primeira alínea do quadro C.

Aceitação do divórcio (3)

[QUADRO B] [Valores de ponderação]

Forma de casamento	Atitude quanto a relações pré-matrimoniais		
	Concorda (3)	Concorda com reservas (2)	Discorda (1)
Religioso (1)	(7)	(6)	(5)
Civil (2)	(8)	(7)	(6)
Outro (3)	(9)	(8)	(7)

Percentagens para os valores ponderados atribuídos aos cruzamentos das variáveis: atitude quanto ao divórcio; atitude quanto a uma maior liberdade sexual; forma de casamento

[QUADRO C]

Valores ponderados	Total	Rapazes	Raparigas
(3)	2,9	1,5	4,5
(4)	11,5	7,5	16,2
(5)	18,0	18,0	18,0
(6)	24,6	22,6	27,1
(7)	31,6	33,1	29,7
(8)	9,8	14,3	4,5
(9)	1,6	3,0	—

Anexo II

TEXTO DO QUESTIONÁRIO UTILIZADO

Número de anonimato: ____

Estabelecimento de ensino que frequentas:

Secção escolhida:

Alínea escolhida:

Idade:

Naturalidade (distrito):

Agradecemos que preenchas cuidadosamente os quadros que se seguem

QUADRO DOS PAIS E AVÓS I

	Idade [1]	Lugar onde nasceu	Lugar onde passou a infância	Profissão [2]
Pai				
Avô paterno	—			
Avó paterna	—			
Mãe				
Avô materno	—			
Avó materna	—			

[1] Não é necessário indicar a idade dos avós.

[2] Pedimos-te que indiques a profissão do teu pai com a maior exactidão possível e expliques qual a sua situação nessa profissão — patrão, empregado (pago ao mês), assalariado (pago ao dia ou à semana).

QUADRO DOS IRMÃOS II

Sexo	Idade	Estabelecimento de ensino que frequenta				Profissão que exerce
		Escola primária	Liceu	Universidade	Outros	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

QUADRO DE INSTRUÇÃO DOS PAIS III

	Pai	Mãe
Sem instrução		
Instrução primária		
Liceu:		
1.º ciclo		
2.º ciclo		
3.º ciclo		
Curso técnico:		
Escola comercial		
Escola industrial		
Instituto comercial		
Instituto industrial		
Outros		
Curso de magistério primário		
Curso superior:		
Medicina		
Engenharia		
Direito		
Economia		
Ciências Exactas ou Naturais		
Ciências Sociais		
Letras		
Belas-Artes		
Agricultura		
Militar		
Náutica		
Outro		

Sempre que não seja dada outra indicação, envolve num círculo a letra correspondente à alínea (ou alíneas) que escolheste para a tua resposta

1. Qual ou quais das seguintes formas de convívio te parece mais necessária e desejável?

   a) Convívio com as pessoas de família

   b) Convívio com amigos de ambos os sexos

   c) Convívio com amigos do teu sexo

   d) Convívio com amigos do outro sexo

   e) Convívio tanto com familiares como com amigos

2. Com que idade achas que te deverias casar?

   .....

3. Que forma de casamento pensas fazer?

   a) Religioso

   b) Civil

   c) Outro ..... Qual? .....

4. Casavas-te com alguém que os teus pais desaprovassem completamente?

   a) Sim

   b) Não

   c) Não sei

5. Imagina que tinhas um filho com cerca de 10 anos. Qual (ou quais) te parecia ser o comportamento a adoptar para com ele quando agisse de uma forma que considerasses má ou errada?

   a) Castigá-lo privando-o de qualquer coisa que lhe desse prazer

   b) Explicar-lhe o seu erro com calma e clareza

   c) Puni-lo fisicamente

   d) Avisá-lo de um próximo castigo se voltasse a comportar-se da mesma maneira

   e) Mostrar-me ofendido e magoado

   f) Outros comportamentos, Quais? .....

   .....

   .....

6. Gostarias de vir a ter filhos?

   a) Sim. Quantos?

   b) Não

   c) Não sei

7. No caso de vires a ter só um filho, preferias:

   a) Um rapaz

   b) Uma rapariga

   c) Sem preferência

   (Justifica a tua resposta) .....

   .....

   .....

8. Seguem-se algumas razões que, por vezes, conduzem ao divórcio. Numera-as por ordem de importância (marca 1.ª, 2.ª, 3.ª, etc., atrás das letras das alíneas):

   a) Crueldade física ou mental

   b) Infidelidade do homem

   c) Doenças incuráveis

   d) Desentendimento sexual (por exemplo: impotência do homem ou frieza da mulher)

   e) Infidelidade da mulher

   f) Indiferença recíproca

   g) Incompatibilidade de feitios

9. Pensas que poderias um dia divorciar-te se a tua vida conjugal deixasse de te satisfazer?

   a) Sim

   b) Não

   c) Não sei

10. Na opinião de algumas pessoas, uma maior liberdade sexual contribuiria para ajudar os jovens a escolher melhor o seu futuro companheiro ou companheira. Quanto a esta opinião, qual é a tua atitude?

    a) Concordo

    b) Discordo

    c) Concordo com reservas

    d) Não sei

11. Como é que os teus pais costumam tomar decisões em relação às necessidades do dia-a-dia?

    a) Decidem os dois em conjunto

    b) Decide o pai

    c) Decide a mãe

    d) Decide umas vezes um e outras vezes o outro

12. Ainda quanto à tomada de decisões, pensas proceder da mesma forma que os teus pais quando casares?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

(Se a tua resposta foi negativa, explica como pensas que deverá ser)

.....

.....

.....

13. O teu pai colabora normalmente com a tua mãe nas tarefas domésticas?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

14. Pensas proceder (se és rapaz) ou pensas que o teu marido deverá proceder (se és rapariga) da mesma maneira que o teu pai quando casares?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

(Se a tua resposta foi negativa, explica como pensas que deverá ser)

.....

.....

.....

15. Achas que os teus filhos deverão ser esclarecidos sobre as questões sexuais?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

16. No caso afirmativo, pretendes esclarecê-los tu pessoalmente?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

(Se, agora, a tua resposta foi negativa, indica por quem pensas que deveriam ser esclarecidos)

.....

.....

.....

17. Entre as capacidades ou qualidades que figuram na lista abaixo escolhe aquelas que te parecem mais necessárias na vida conjugal e ordena-as de acordo com a importância que lhes conferes:

(No quadro junto marca para «Ambos», para o «Marido» ou para a «Mulher» o número de ordem que atribuíste a cada alínea, ou seja: 1.ª, 2.ª, 3.ª, etc.)

	Ambos	Marido	Mulher
a) Compreensão e respeito pela personalidade do outro			
b) Vontade firme e coragem perante a adversidade			
c) Entusiasmo e espírito de aventura			
d) Delicadeza e tacto			
e) Dedicação e espírito de sacrifício			
f) Prestígio e êxito social			
g) Outras capacidades. Quais?			

18. Achas que a família e a escola estão a preparar devidamente as crianças para o seu futuro papel de adultos?

a) Sim

b) Não

c) Sim, mas só no que se refere à família

d) Sim, mas só no que se refere à escola

19. Como consideras o entendimento entre ti e os teus pais?

a) Óptimo

b) Bom

c) Razoável

d) Pouco satisfatório

e) Não há entendimento

20. Se a tua resposta foi *d*) ou *e*), esse pouco ou nenhum entendimento parece-te devido ao facto de:

a) Teres uma maneira de pensar que não se harmoniza com a dos teus pais

b) Sentires uma necessidade de liberdade e responsabilidade que eles te não reconhecem

c) Manteres um comportamento que lhes desagrada

d) Exprimires o teu próprio desagrado pelo comportamento que têm para contigo

e) Outras razões. Quais? .....

.....

.....

21. Achas que em relação a ti a tua mãe

a) É afectuosa:

a_1) Manifestando-o de forma reservada

a_2) Manifestando-o de forma aberta

a_3) Manifestando-o de forma excessiva

b) Não é afectuosa

22. Achas que em relação a ti o teu pai

a) É afectuoso:

a_1) Manifestando-o de forma reservada

a_2) Manifestando-o de forma aberta

a_3) Manifestando-o de forma excessiva

b) Não é afectuoso

23. A quem fazes as tuas confidências?

.....

.....

24. Tens um(a) ou mais amigos(as) íntimos(as)?

a) Sim

b) Não

(Se a tua resposta foi negativa, tenta explicar as razões)

.....

.....

.....

25. O que achas mais importante que os pais ensinem aos filhos?

a) Espírito de independência

b) Franqueza e honestidade

c) Sentido de responsabilidade

d) Respeito pelos pais

e) Gosto pelo trabalho

f) Sentido de oportunidade

g) Firmeza de carácter

h) Diplomacia e tacto

i) Outras qualidades. Quais? .....

.....

.....

26. Quem assume as funções de autoridade e disciplina na tua família?

a) O pai mais do que a mãe

b) A mãe mais do que o pai

c) Tanto o pai como a mãe

d) O pai para umas coisas e a mãe para outras

27. Supõe que os teus avós (paternos ou maternos) habitavam na mesma casa que tu e os teus pais. Para a vida familiar, isso parecer-te-ia:

a) Vantajoso

b) Desvantajoso

c) Não sei

28. Que profissão gostavas de exercer? (Precisa-a bem) .....

.....

.....

29. Pensas que poderás realmente vir a exercê-la?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

(Se a tua resposta é negativa, justifica-a .....

.....

.....

30. Dos factores seguintes, quais te parecem ter maior influência sobre a escolha da profissão?

a) Os conselhos da família

b) Os conselhos dos amigos

c) A tua própria inclinação ou preferência

d) A situação económica da família

e) Outros. Quais? .....

.....

.....

31. Os teus pais deixam-te sair só?

a) Sim

b) Não

(Se a tua resposta foi afirmativa, especifica até que horas) .....

.....

32. A passagem da vida de estudante à vida profissional parece-te apresentar dificuldades?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

33. No caso de a tua resposta anterior ter sido afirmativa, diz-nos se essas dificuldades te parecem devidas:

a) À necessidade de enfrentar um ambiente que se desconhece e onde se é desconhecido

b) A um sentimento de insuficiente preparação no início de uma carreira

c) A horários carregados e obrigatórios

d) À falta de personalização característica das relações profissionais

e) Outras razões. Quais? .....

.....

.....

34. Escolherias a mesma profissão se fosses do outro sexo?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

(Se a tua resposta foi negativa, parece-te haver outra profissão mais indicada?)

Qual? Porquê? .....

.....

.....

35. Na tua opinião, de que depende fundamentalmente o êxito profissional?

a) De qualidades de trabalho (perseverança, disciplina, seriedade)

b) De relações com pessoas influentes

c) De um grande interesse pela profissão

d) De capacidades de iniciativa, dinamismo e inovação

e) De outras coisas. Quais?

.....

.....

36. Em relação à tua escolha de carreira, qual é a atitude do teu pai? E a da tua mãe? (Marca uma cruz em cada uma das colunas, frente às alíneas escolhidas)

	Pai	Mãe
a) Acha que é um problema teu e prefere não interferir		
b) Desaprova porque tinha outros planos para ti		
c) É-lhe indiferente		
d) Está plenamente de acordo porque coincide com o que ambicionava para ti		
e) Outras atitudes. Quais?		

37. Por que razão escolheste a secção de Ciências? Ou por que razão escolheste a secção de Letras?

a) As disciplinas dessa secção interessam-te mais

b) Abre-te perspectivas de um emprego mais bem remunerado

c) Abre-te perspectivas de um emprego mais de acordo com as tuas preferências

d) Dá-te possibilidades de seguir uma carreira capaz de responder às necessidades da sociedade em que vives

e) Permite-te seguir um curso que pensas poder ser menos longo e menos trabalhoso

f) Outras razões. Quais? .....

.....

.....

38. Se pudesses dispor neste momento de uma elevada quantia, o que farias com ela?

a) Compra de bens materiais (casa, automóveis, iate, etc.)

b) Donativos

c) Viagens

d) Aquisição de objectos de arte ou cultura (quadros, livros, discos, peças raras, etc.)

e) Investimentos em negócios

f) Poupar para o futuro

g) Outras coisas. Quais? .....

.....

.....

39. Preferias viver:

a) Em Lisboa

b) Numa pequena cidade de província

c) No campo

d) No estrangeiro (indicar o país) .....

40. Tens uma mesada ou semanada? No caso afirmativo, em que as gastas?.....

.....

.....

41. A forma como cada um vive a sua vida parece-te depender principalmente:

a) Do meio social a que pertence

b) Da maneira como foi criado

c) Das situações que vão surgindo

d) Do destino

e) Das qualidades com que se nasceu

42. Achas que necessitas de um ideal filosófico ou político ou de uma crença religiosa para te orientar na vida?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

Se sim, especifica:

a_1) Um ideal filosófico

a_2) Um ideal político

a_3) Uma crença religiosa

43. Na tua opinião, a geração jovem está mais interessada ou menos do que a geração adulta em se informar sobre os problemas do mundo?

a) Mais

b) Menos

c) Não sei

44. O convívio com colegas do outro sexo parece-te que teria:

a) Vantagens

b) Inconvenientes

(Justifica a resposta) .....

.....

.....

.....

45. Indica três actividades de que esperas tirar maior satisfação na vida (assinala-as com uma cruz por ordem de importância)

	1.º lugar	2.º lugar	3.º lugar
a) Actividades artísticas			
b) Convívio com amigos			
c) Participação na vida pública do País			
d) Actividade profissional			
e) Actividade de recreio e diversão			
f) Actividades religiosas			
g) Relações com a família			

46. Que consequências poderá ter o progresso técnico e científico sobre a vida das pessoas dentro dos próximos 50 anos? .....

.....

.....

.....

47. Comparando as qualidades intelectuais dos homens e das mulheres, estas parecem-te intelectualmente menos dotadas do que aqueles?

a) Sim. Porquê? .....

.....

.....

b) Não. Porquê? .....

.....

.....

c) Não sei

48. As frases abaixo deixam transparecer duas atitudes diferentes perante a vida. De qual te sentes mais próximo?

a) «Sou optimista e acredito que podemos melhorar a condição humana»

b) «Esta vida não é mais do que angústia prolongada, esperanças dissolvidas»

49. Pertences a alguma(s) associação(ões) ou clube(s)?

a) Sim

b) Não

Se sim, especifica:

a_1) Clube recreativo

a_2) Organização religiosa

a_3) Organização religiosa

a_4) Organização cultural

50. Diariamente fazes alguma ou algumas destas coisas:

a) Ler o jornal

b) Ouvir a rádio

c) Ver a televisão

51. Pensas que, para a formação do homem, o serviço militar é:

a) Útil

b) Desnecessário

c) Prejudicial

d) Não sei

(Justifica a tua resposta) .....

.....

.....

52. Qual é o teu ideal de vida? (podes marcar mais de uma das respostas abaixo indicadas):

a) Êxito na profissão ou carreira escolhida

b) Casar e constituir família

c) Saúde, bem-estar material e tranquilidade

d) Luta pelos direitos da humanidade

e) Criação artística

f) Prática de caridade

g) Outros. Quais? .....

.....

.....

53. Na tua opinião, o País, para o seu desenvolvimento, necessita de:

a) Uma mudança parcial lenta

b) Uma mudança parcial rápida

c) Uma mudança total lenta

d) Uma mudança total rápida

e) Nenhuma mudança

f) Não sei

54. Se fosses um dos responsáveis pelo desenvolvimento do País, em que domínios achavas que se devia fazer um esforço financeiro maior?

.....

.....

55. E em que domínios achavas que se devia fazer um esforço menor?

.....

.....